

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA**

SÍRIO POSSENTI

MEMORIAL

apresentado como requisito parcial para o  
concurso de professor titular na área de  
Análise do Discurso no Departamento de  
Linguística do Instituto de Estudos da  
Linguagem da Universidade Estadual de  
Campinas

*Quando Einstein visitou o Brasil, seu cicerone foi Austragésilo de Athayde. Conta-se que, em suas andanças, de vez em quando o jornalista tirava do bolso uma caderneta, na qual fazia anotações. Intrigado, Einstein lhe perguntou um dia o que ele anotava. – Minhas ideias, respondeu Athayde. O senhor não faz o mesmo? – Não, respondeu Einstein. Eu só tive uma.*

Este memorial está dividido em três partes. A primeira - *Memória* - contém, em forma de narrativa, os principais fatos relativos a minha vida intelectual. Os eventos que considere relevantes até o concurso de livre-docência são retomados de forma relativamente breve, acrescidos do que ocorreu de mais relevante depois daquela data. Em seguida, comento em separado, eventualmente incluindo alguma cronologia, os tópicos em que concentrei minhas atividades, em especial após a livre-docência.

A segunda retoma as informações documentadas fornecidas por ocasião da livre-docência. A terceira fornece as informações relevantes sobre de minha carreira após a livre docência<sup>1</sup>. Ambas têm o formato de um *curriculum vitae*, isto é, listam cursos, as atividades, cargos e os trabalhos realizados. Julguei melhor adotar esta estratégia de exposição, por que me pareceu facilitar aos leitores a tarefa de relacionar documentos e eventos.

---

<sup>1</sup> Esta parte foi excluída. O Lattes pode bem substituí-la, caso interesse..

## MEMÓRIA

Os memoriais correm o risco da autoindulgência, um pouco como as autobiografias. Não ofereço nenhuma garantia de que fugirei às implicações usuais do gênero. Mas tentarei evitar grandes concessões e excesso de generosidade.

Nasci em 1947, em 18 de agosto (ainda espero o que os horóscopos prometem de bom aos leoninos), em Arroio Trinta, SC, então distrito de Videira, hoje uma cidade de 4.200 habitantes, o que é forte condicionante, e não representa nenhuma vantagem. Tratava-se de uma comunidade composta basicamente por descendentes de bergamascos, todos falando este dialeto italiano, com exceção de meia dúzia de famílias vênetas e de uma de *niger*, como dizíamos todos, racistas. A única vantagem de ter nascido lá, e naquela época, foi ter aprendido o bergamasco, um dialeto que os demais italianos que conheço desprezam ou consideram difícil ou um tanto exótico. Aprendi um pouco de português na igreja e na escola. Só depois de alguns anos de seminário consolidei o domínio do português. As risadas que meu sotaque provocava entre os oriundos de cidades me obrigaram a dar atenção especial à questão da língua. Esta experiência de bilíngue foi valorizada no primeiro curso de linguística que fiz bem mais tarde.

Por razões um pouco misteriosas, desde muito cedo, assim que foi possível, tornei-me um leitor mais ou menos compulsivo. Às vezes, tento encontrar as razões dessa atitude, especialmente quando leio sobre escritores ou leitores que praticamente nasceram entre livros ou não brincavam de outra coisa que não fosse ler e escrever. Mas nem tudo, eu aprendi depois, bem depois, tem causas diretas. Talvez o hábito se deva em parte ao fato de que via meu pai lendo constantemente o principal livro da casa (afora os escolares, dos irmãos mais velhos, que ele, com razão, não lia), um livro com informações sobre doenças e remédios - meu pai tinha realmente problemas de saúde, mas acho que era também um pouco hipocondríaco. Semanalmente, também entrava em nossa casa o *Correio Riograndense*, um jornal dos capuchinhos de Caxias do Sul, cuja assinatura o vigário praticamente impunha.

Em Arroio Trinta, fiz três anos do então primário, a partir de 1955. Quem nos alfabetizava era Dona Jacy, que não conhecia nenhuma teoria psicológica ou pedagógica, mas alfabetizava - em português - turmas inteiras de pequenos bergamascos, ano após ano. Suspeito que é porque nos pegava pela mão para guiar a escrita das primeiras palavras.

Meu professor de segundo ano, Dálcio Espíndola, viera de Florianópolis. Seus “erres” característicos ajudavam a errar menos na ortografia – já que descendentes de italianos confundem os chamados erres duplos e simples. Seu Dálcio falava a meu pai que devia me fazer estudar, e, embora fosse protestante, o único da vila, encontrou no vigário um aliado. As notas do boletim eram um critério, mas acho que apostavam mesmo era em minha absoluta timidez. Era ela que me fazia estudar, ou ser um aluno comportado, e eu fui levado a pensar que me sairia muito mal em qualquer outra atividade (quando era adolescente, nas férias, quando meu pai elogiou minha garra de colono, fiquei surpreso – mas gostei muito!).

Minha professora do terceiro ano foi uma senhorita que chamávamos apesar de tudo de Dona Nelci, ex-aluna da própria escola – já se improvisava muito naquele tempo! Tinha sérias dificuldades para controlar alguns marmanjos. Ser filha do delegado certamente ajudou.

Da infância, recordo basicamente a vida dura da roça e de dois fatos ligados de alguma forma a problemas de linguagem (soube disso bem mais tarde, claro), fora outros detalhes que não cabe considerar – e que seriam matéria adequada para sessões de análise. A família morava numa casa perto da qual havia outra construção, em cima, paiol, em baixo, estrebaria. Nós a chamávamos "kaedja". Só mais tarde me dei conta de que eram duas palavras, "ká edja" isto é, 'casa velha', pois tinha sido a casa da família em tempo anterior ao que eu posso lembrar. Opunha-se a "ká nõa", 'casa nova', na qual morávamos e à qual chegou, naquela época, a luz elétrica e, com ela, um rádio. Os programas prediletos de meu pai eram os noticiários. Os nossos, logo passaram a ser os programas esportivos: as transmissões de jogos de futebol e as notícias e comentários sobre os clubes e jogadores. Anoto este fato porque, certamente, devo a esta prática boa parcela do domínio do português dito culto (hipótese que eu veria Labov confirmar mais tarde, em seu excelente “Estágios na aquisição do inglês standard”).

O segundo fato do gênero que recordo é de cunho sociolinguístico (o primeiro é morfológico, digamos, e tem tudo a ver com o que depois soube que se qualifica como equívoco; dados similares fazem minha delícia, e são objeto de minhas análises, em textos humorísticos). Era relativamente comum que algumas moças de Arroio Trinta trabalhassem como domésticas em casas de “ricos” das cidades vizinhas. Saíam para amealhar recursos para “fazer o enxoval”. As visitas que faziam às famílias produziam comentários. Um dos mais comuns era "Fulana voltou falando no [tʃi]", e se referia a uma mudança de sotaque adquirida na cidade. Quando li os estudo de Labov (ele, de

novo!) sobre Martha's Vinneyard, descobri que, em Arroio Trinta, as coisas eram exatamente análogas. Meus irmãos mais novos, por exemplo, nunca pronunciaram as vogais anteriores arredondadas do Bergamasco.

Aos dez anos, em 1958, fui ser interno no Seminário Diocesano de Lages, imaginando que um dia seria padre. O nome jurídico do Seminário era Colégio São João Wianney, um cura mais conhecido por sua piedade que por seu engenho, e diria que este nome era bem adequado, considerada a qualidade intelectual da maior parte dos padres professores. Costuma-se dizer que num seminário se estudam coisas inúteis, é certo, mas com a vantagem de que se adquire uma disciplina de trabalho maior que a dos "leigos". Não sei se é verdade, e nem sei se vale a pena. De qualquer forma, não tenho queixas de minha vida de interno. Sempre achei melhor trabalhar na sombra, estudando latins e quejandos, do que puxar enxada, coisa que eu fazia, no entanto, durante os quatro meses de férias de cada ano (foi quando meu pai achou que eu era bom de serviço). O que importa, vistas as coisas retrospectivamente, é que era a única alternativa para gente como eu ter acesso a mais escolaridade, embora eu não tenha saído de casa com esta finalidade.

O que fiz de melhor durante os tempos de Lages (1958-64) foi aprofundar meu gosto pela leitura. Li tudo o que era permitido que seminaristas lessem naquele seminário: a história sagrada (uma versão depurada da Bíblia), vidas de santos, de músicos, alguma literatura assexuada, alguns clássicos – inclusive alguns livros de Machado, juro! Destaco a experiência incrível que foi ler *Os sertões*.

Minha grande experiência linguística e literária da adolescência foi sem dúvida a **Antologia Nacional**, de Fausto Barreto e Carlos de Laet. Reli centenas de vezes um excerto de **Os sertões** (O sertanejo é antes de tudo um forte), "A última corrida de touros em Salvaterra", de Rebelo da Silva, alguns poemas e descrições dramáticas de queimadas, nem lembro mais de que autores. Li tudo de Paulo Setúbal, escritor paulista menor que, por causa de uma tuberculose, morara em Lages e, por isso, era o patrono de nossa Academia – de que fui secretário e presidente. Do manual de literatura de Ébion de Lima (um desastre), lia os trechos seletos. Lembro especialmente um conto de Simões Lopes Neto, "Trezentas onças", que, mais tarde, me levou aos livros desse autor. Levava em conta o enredo, claro, mas sempre dedicava atenção especial a como escreviam, e tentava imitar alguns deles nas redações semanais. Quando ouço colegas contarem o que puderam ler na infância e na adolescência, então lamento o tempo de

seminário (mas depois mudo de ideia, porque a alternativa era a roça). Por exemplo, eu só conheci Monteiro Lobato inteiro já adulto.

Em 1965, fui para Curitiba. Fiz vestibular para o curso de filosofia na Universidade Católica do Paraná. Os seminaristas estudávamos em turmas especiais, fundamentalmente para evitar a convivência com *as* estudantes, consideradas mais perigosas do que qualquer idéia filosófica pós-tomista. Os professores bons foram poucos. Alguns, como o de lógica e o de psicologia geral, cujos nomes esqueço, eram abomináveis. Dentre os bons, destaco Pe. Diniz e Frei Raimundo, ambos professores de História da Filosofia, que liam suas aulas em livros que estavam traduzindo (encontrei mais tarde *A história da filosofia cristã*, de Boehner e Gilson, o grande medievalista, na excelente tradução de Frei Raimundo). Com um certo padre Baggio fiz talvez o melhor curso de minha vida: ele nos explicava a Bíblia, em especial o antigo testamento. “Sabia” hermenêutica profundamente, e seu conhecimento daquilo que hoje se chamaria de condições de produção era espantoso. Deixava os alunos suspensos entre uma leitura que considerasse a história como conduzida minuciosamente para um fim pela mão de Deus e uma história que fosse fruto das ações humanas. Instigante e sofisticado. As aulas de Frei Fidélis sobre História de Igreja nos confiavam sua visão dos lances políticos das autoridades eclesiásticas. Eram um desafio para a fé de seus ouvintes. Muitos de nós a deixaram nas aulas desse frei, que nos mostrou, em um discurso pontado de fatos - o que é bom para uma boa história - sempre em voz baixa e com um sorriso sardônico, que, certamente, a Igreja é uma obra dos homens.

Neste tempo, o Pe. Ari Martendal, amigo e “chefe”, me encomendava artigos para o jornal do bispado de Lages - *Correio Serrano* (sobre política internacional, o que me obrigava a ler jornais). Talvez tenha se configurado então a vontade de um dia assinar uma coluna em jornal ou em algum similar, o que faço há 12 anos, ininterruptamente, como se verá adiante.

Mas, durante este tempo, não estudei filosofia como deveria. Descobri que não tinha feito um bom colegial. Conheci colegas vindos de outros seminários “menores” que detinham uma cultura diferenciada: conheciam cinema, música e muita literatura. Passei a detestar até mesmo o sucesso que eu tivera em Lages, pelos critérios de meu seminário. Senti-me enganado, e decidi recomeçar: gastei meu tempo lendo literatura, vendo cinema, lendo revistas de cultura.

Resolvia a questão do desempenho de forma particular, na verdade uma continuação do que já fizera em Lages: anotador contumaz, saía-me bem nas provas

porque as preparava em meus cadernos, devolvendo aos professores o (pouco) saber que tinham depositado na minha conta. Quando, mais tarde, li Paulo Freire falando da educação bancária, reconheci inteira minha experiência anterior.

Vivia-se o início do endurecimento político no Brasil. E o Concílio Vaticano II acabava de consolidar mudanças importantes. Colegas tomavam decisões diversas sobre diversas questões. Muitos faziam sua militância em comunidades paroquiais, nos finais de semana, atraídos por padres mais engajados. Outros eram mais rezadores – um deles hoje é arcebispo, pendendo para os carismáticos. A ditadura e o Concílio nos levavam a ler mais sobre Brasil do que sobre a filosofia mais ou menos insossa que nos ensinavam. Assim, literatura, cinema e infundáveis conversas ocupavam meu tempo. Os assuntos? Nossa “vida”, a cultura (a revista **Civilização Brasileira** foi uma fonte crucial). Um pouco, mas não muito, as aulas, especialmente na véspera das provas.

Quando estava no quarto ano de filosofia, que cursava à tarde (de manhã, ia às aulas do meu primeiro e último ano de teologia), Caçador – cidade vizinha de Arroio Trinta - foi elevada a bispado e, por contingências geográficas, eu passava a ser candidato a padre de uma nova diocese. Fiquei esperando, com outros colegas, pelo novo bispo (coisa importante numa fase em que a Igreja se “aggiornava”). Soubemos, pouco depois, que era Dom Orlando Dotti, um capuchinho que fora professor em Ijuí.

O fato foi determinante para meu futuro. D. Orlando foi a Curitiba pregar um retiro. No dia de sua chegada, quis conhecer os "seus" seminaristas. Fui conversar com ele, e comecei corajosamente por dizer-lhe que não deveria contar comigo. Eu tinha decidido "sair do seminário". Meu projeto era continuar em Curitiba. Eu tinha uma oferta de emprego, algumas aulas, e queria fazer letras, à noite (se este projeto tivesse sido bem sucedido, teria sido aluno de Eurico Back e de Geraldo Matos, e conhecido, juntamente com o construturalismo, os então estudantes de letras e monitores Carlos Alberto Faraco e José Borges Netto). D. Orlando não se assustou com a perda de um futuro padre, e saiu-se com um discurso segundo o qual não é só como padre que se pode servir, que eu tinha obrigações morais com minha região, etc. e tal. E fez-me uma proposta concreta: morar em Caçador, ser professor de português de um curso normal já existente e de um curso científico que ele estava criando na cidade. Aceitei, pressionado por seu discurso que cobrava uma “dívida com o povo”, e pela surpresa de ver um bispo que não falava de projetos religiosos, mas de projetos educacionais para uma cidade e uma região.

No ano seguinte, estava em Caçador. Morava na casa de um primo e grande amigo, que fora jogador profissional de futebol e que, por isso, escrevia sobre esporte num jornal local e frequentemente me encomendava o texto que assinava. Dava aulas de manhã e de noite, e passava as tardes em casa lendo o que havia na biblioteca municipal ou conversando com uns poucos amigos. D. Orlando levava para Caçador, talvez com argumentos semelhantes aos que utilizara comigo, um jovem casal, ele historiador, ela geógrafa, recém-formados em Ijuí. Tornamo-nos amigos - jantávamos, conversávamos, trocávamos livros.

Conhecer Jaeme e Helena foi tão fundamental para as quase casuais decisões futuras quanto fora conhecer Dom Orlando. É que, depois de um ano de Caçador, a situação não era boa para nós três. A cidade nos achava um pouco estranhos, e muitos nos consideravam subversivos, comunistas. Ler Dalton Trevisan para alunas do terceiro normal (afinal, queriam fazer vestibular em Curitiba!) valeu a visita de uma comissão de mães ao bispo, preocupadas com um professor que destruía em um dia a sólida moral que elas tinham ensinado a suas filhas durante vários lustros... Quando Jaeme recebeu uma proposta da FIDENE para ir ao Rio estudar Documentação Científica, convenceu-me a ir com ele.

Assim, em 1971, estava no Rio, morando em Copacabana e indo às aulas no centro da cidade. Foi um ano de experiências pessoais excepcionais, um curso intensivo de tudo. Logo conheci outros ijuienses que estudavam no Rio. Destaco a figura de Dinarte Belato (amigo até hoje, e que me deu as melhores aulas de história e de filosofia que já tive). No final do ano, ele me convenceu de que eu deveria trabalhar em Ijuí. Em meados de 1971, ele recebera convite para ministrar algumas aulas de lógica na Universidade Cândido Mendes. Não pôde aceitar e me convenceu a tentar sua vaga. Não sei como tive coragem de aceitar e apresentar-me para um “teste” (continuava morrendo de medo de me expor, apesar do ano de experiência em Caçador). Talvez fosse a grana curtíssima! Como me saí bem nessas aulas, ele começou a negociar meu passe com os diretores em Ijuí, onde se precisava de um professor de lógica.

Em 1972, fui para Ijuí para ser professor na FIDENE - Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado. A fundação resultava de um sonho comunitário regional, da ação política e educacional dos movimentos populares, de que os capuchinhos eram aliados e fiadores, em certo sentido. A cidade estava no centro do que veio a ser a revolução verde na agricultura brasileira, questão que era debatida em seus diversos ângulos na FIDENE, que, por um lado, apoiava as mudanças



e colaborava com elas; por outro, era tremendamente crítica do processo, pelo que significavam as mudanças bruscas, principalmente as decorrentes da monocultura. A base universitária da Fundação tinha sido um curso de filosofia para seminaristas. Vários professores eram padres - freis - ou ex-seminaristas (bons sociólogos, bons historiadores, principalmente). Em 1972, já era uma instituição com algum renome. Suas marcas eram a pesquisa e certo esquerdismo, que nascia em parte da competência diferenciada de seu corpo docente. Era um esquerdismo meio anárquico. Poucos comporiam um verdadeiro aparelho. O fundamental era que a maior parte dos professores trabalhava em regime de tempo integral. Só havia aulas à noite, e todos nós achávamos normal trabalhar durante os três expedientes ou não procurar outras aulas nas escolas locais para “alavancar” os salários. Passávamos nossos dias preparando aulas e em grupos de estudos – ou elaborando projetos em equipe.

Foi então que pude estudar filosofia. Belato organizava seminários para toda a FIDENE, às vezes. No Departamento de Filosofia, sempre. Li pela primeira vez textos originais de Descartes, Kant, Heidegger, Bachelard, Foucault, Derrida, Bourdieu. Li sobre os pré-socráticos, li Platão, consegui entender que filosofia não é uma soma de conceitos abstratos mal arrumados por professores com suas apostilas trazidas dos seminários de Roma, mas um conjunto de tentativas de entender o que acontece efetivamente no mundo, na história. Foi nesse tempo que li também *A ideologia Alemã* e *O 18 brumário de Napoleão Bonaparte*. Além disso, estudava lógica e filosofia da lógica, o que me levou a ler os positivistas e história da ciência, que começou a ser uma espécie de hobby que ainda cultivo – ao lado da divulgação, que sempre me interessou. Epistemologia, metafísica, positivismo, idealismo, historicismo, relativismo, estruturalismo, materialismo, etc. passaram, enfim, a fazer algum sentido para mim. Antes, eram "filosofia".

Ingo Voese, professor de linguística, que eu não tinha a menor ideia do que fosse, trabalhava na mesma sala. Como líamos sobre filosofia da linguagem, entrávamos em contato com aspectos de sua disciplina. Foi assim que cheguei a Saussure, a Hjelmslev, que tentei ler Mattoso Câmara e um pouco de Chomsky. Em consequência das provocações do Ingo e dos seminários do Belato, acabei lendo, compreendendo desigualmente, textos de Barthes (em especial *O grau Zero da Escritura*, *Elementos de Semiologia* e *Mitologias*) e de outros estruturalistas (Lévi-Strauss, Althusser (?), de novo Bourdieu, cujo *A reprodução* - com Passeron - fez furor por vários anos entre os pedagogos locais e vizinhos. Li e reli os textos de

*Estruturalismo - Antologia de Textos Clássicos*. Tentei ler manuais de linguística geral, Mattoso Câmara, em especial, esbarrando sempre no capítulo que tratava de fonologia.

Em suma, nossas cabeças ferviam: cabeleiras hippies, posições políticas de esquerda, militares nos espionando nas salas de aula, algumas prisões. Queríamos apenas mudar o mundo, contribuir para o fim da metafísica, eliminar a ditadura e o sistema de propriedade.

Como resultado do curso que fizera no Rio, assumi a chefia da Biblioteca. Aproveitando informações de colegas, selecionei melhor livros e leituras e assim pude conhecer muitos clássicos da literatura dos quais só conhecia os títulos.

Em suma, em três anos de FIDENE, trabalhei e estudei por dez. Tudo era um tanto desarranjado e desconexo. Só aos poucos é que algumas coisas foram se encaixando - não muito bem, e nem é bom que tudo arranje um lugar adequado. Do ponto de vista de "fazer cabeça", esta foi minha verdadeira pós-graduação.

Em 1974, a FIDENE contratou um conjunto de cursos de especialização em convênio com a UNICAMP, para formar melhor seus professores e professores da região. No final de 1973, Ingo decidira desligar-se da FIDENE. A questão era quem lecionaria Linguística. Crippa e eu, do Departamento de Filosofia, aceitamos assumir as disciplinas. Achava-se (e achávamos!) que conhecíamos Saussure e mais alguma coisa da área. Mas, fundamentalmente, contávamos com a formação decorrente do curso de especialização que faríamos.

Em fevereiro, tivemos nossas primeiras aulas de linguística, com o Prof. Aryon Rodrigues, que, pela manhã, discutia questões gerais de linguagem a partir da leitura de Langacker, *A linguagem e sua estrutura* (que não é um manual ruim, diga-se). À tarde, nos ensinava fonética e fonologia. Finalmente, podia atravessar a barreira que este tópico representava nos manuais que queria ler! Descobri que, assim que se pegava o jeito (que se descobriam os princípios de análise, que se compreende do que se trata, que se assimilam princípios do estruturalismo), nenhum problema apresentado por Pike era de fato um problema! (No ano seguinte, cursando o mestrado em Campinas, tive que repetir tudo – mais ou menos tediosamente). Como outros linguistas, foi então que rompi com o passado, com uma concepção antiga de linguagem, para penetrar nos “mistérios” que só um estruturalista consegue penetrar. Se os abandona depois, espera-se que o faça por coisas melhores.

O curso de especialização continuou em julho. Marco Antônio de Oliveira ministrou um curso de Gramática Gerativa, centrado na argumentação característica de

uma teoria que tinha que se justificar. Seguia os passos, soube depois, do curso que o Prof. Quícoli ministrava na Unicamp (acho que cursos assim fazem falta hoje, pois fica sempre mais claro que o que se aprende pode valer pouca coisa, mas que, quando se aprende a aprender, este é um passo definitivo). Em fevereiro de 1975, completávamos o curso de especialização com as aulas Maria Laura T. Mayrink, baseadas num livro de fonologia gerativa de Schane.

Assim, em Ijuí, de 1972 a 1974, lecionei lógica e linguística, e também um pouco de literatura (cursos de história, baseados em manuais). De certa forma, o que aconteceu então continua a acontecer comigo. É como se, em cada período de minha vida, estivesse fazendo o que deveria ter feito em outro. No ginásio e no colégio, só li e estudei bobagens; quando deveria fazer um curso de filosofia, li literatura; quando fui estudar documentação, lecionei lógica; quando fui ser professor de lógica, estudei filosofia, literatura e linguística.

Em janeiro de 1974, fiz as provas de seleção para o Mestrado em Linguística, na Unicamp. Tinha sido aprovado em Florianópolis, mas, por influência dos professores da Unicamp com quem estudara, escolhi Campinas. Em março, estava na Unicamp. Vinha aterrorizado. Imaginava que o mestrado seria uma *via crucis*, já que não fizera um curso organizado de Letras (como se tivesse feito um organizado de Filosofia e como se um curso organizado valesse necessariamente alguma coisa!). O pavor aumentava quando os professores indicavam a bibliografia e os colegas que tinham cursado linguística na Unicamp sorriam ironicamente (pois era a mesma bibliografia que tinham lido na graduação!). Eu era um caipira entre especialistas.

Assim que fui apresentado às matérias básicas, passei a ter uma clara identificação com as teorias da enunciação. Fonética / Fonêmica e Sintaxe foram quase uma repetição do que eu fizera em Ijuí. A literatura era mais sofisticada, mas nenhum problema novo era proposto. Ducrot, Benveniste, Searle, Austin, estes sim diziam coisas das quais eu nunca tinha ouvido falar! Teria certamente feito minha dissertação nesta área, se não surgisse uma forte incompatibilidade com quem seria o óbvio orientador. É que em 1976, quando se aproximava a época de decidir o projeto de tese, aconteceu o assassinato de Vladimir Herzog. Ensaçou-se uma greve. Em plena aula - não se deve fazer política na Universidade, estudante deve estudar! - ouvimos que "o Herzog é um problema da USP". Ora, havia colegas e cônjuges de colegas sendo presos. Apesar de não ser um duro militante político, achei que aquela parceria não iria bem! Afinal, até Geisel achou que o Gal. Ednardo tinha exagerado.

No início de 1976, conheci dois professores que representaram um papel importante em minha formação. Maria Bernadete Abaurre e Maurizio Gnerre chegavam a Campinas, vindos dos Estados Unidos. No verão, fiz um curso de Fonologia com Bernadete. Em um mês e meio de aulas e leituras, tomei pé nas discussões mais quentes da época, dedicadas à questão da abstração das representações fonológicas (sobre isso fiz minha dissertação, logo depois). Foi uma excelente experiência intelectual: um curso centrado em polêmicas! Analisar os argumentos e os contra-argumentos dos contendores, tudo me parecia excitante, e dediquei muitas horas diárias a esta literatura, durante o período de verão. Ao final do mês, decidira ser fonólogo. Bernadete aceitou ser minha orientadora. Eu voltara a ler um pouco de epistemologia, inclusive porque Chomsky sempre tematizou explicitamente as questões da ciência que suas investigações e hipóteses obrigam a considerar. Conheci Khun, que na época era quase popular. Gostei de sua concepção de história da ciência: dos paradigmas e das revoluções, de que hoje gosto bem menos. Quem por acaso lesse minha dissertação de mestrado veria que, na bibliografia, com a pretensão que só uma boa dose de ignorância permitiu, questões de filosofia da ciência têm um espaço talvez inusitado em trabalhos do gênero. Também porque eu não era tão jovem, já.

No primeiro semestre de 1976, fiz outro curso de fonologia, com Maurizio, que aprofundava questões na mesma direção. Fiz também um curso com Porchat e Ilari (Lógica e linguagem). A leitura de "Sentido e Referência", de Frege, conduzida pelo Prof. Porchat, foi extremamente proveitosa (especialmente pelo processo de leitura que o Prof. Porchat conduziu). De certa forma, aderi a seu estilo de aula: poucos e bons textos, lidos detalhadamente! E, sempre que possível, expor os alunos aos textos originais.

Depois, comecei a escrever minha dissertação, em cuja introdução me demorei cerca de quatro meses. Reescrevi dezenas de vezes o mesmo texto, e tenho certeza de que este trabalho foi de importância crucial para minha formação. Cruzavam-se uma extrema insegurança, alguma pretensão e a vontade de fazer uma dissertação diferente. Depois desses meses, voltei para Ijuí, cumprindo meu contrato, e correndo atrás de um sonho de militante utópico.

De volta a Ijuí, assumi aulas normais, verifiquei que a FIDENE tinha mudado (ou teria mudado eu?), sofri algumas decepções e, ainda durante o ano de 1977, terminei de escrever a dissertação, que defendi em dezembro (foi a primeira defesa de dissertação no IEL, que se separara há pouco do IFCH). Nesta dissertação, ficou claro

que meu problema com a teoria gerativa é seu compromisso com o inatismo. Por isso, as teorias que “complicavam” a aquisição de regras, especialmente as morfofonológicas, tinham minha predileção: jogavam os problemas para o social, deixando de apelar para soluções miraculosas.

Analisando retrospectivamente o mestrado, diria que foi bem desigual. Alguns cursos foram ruins, mesmo quando ministrados por professores de notória capacidade. Por exemplo, estudei pouca sociolinguística, embora houvesse um curso obrigatório sobre variação e mudança e as questões me interessassem muito (sempre fui fã da versão laboviana, centrada nas questões internas, da língua – e não na interação!). Mas o professor não aparecia! E xerocava textos dos quais retirava as referências... Mas também tive excelentes experiências intelectuais nesse tempo. Um dado é fundamental: não sei o que ocorre com os estudantes de hoje, mas nós falávamos de linguística o tempo todo, nos corredores do IEL ou nas saídas noturnas. As aulas, os professores, as teorias, os textos: era disso que se falava. Aprendi mais conversando do que lendo, embora lesse muito.

Nos dois anos que passei na FIDENE, depois da experiência de estudar em tempo integral, com bolsa, num centro mais sofisticado, o que fiz de mais interessante foi alguma militância na imprensa local e participar de um grupo que deu renome àquele curso de Letras. Foi durante esses dois anos que fixei alguns parâmetros de minha reflexão sobre linguagem dos quais ainda não arredei pé, em especial no que se refere ao papel da linguística no ensino de língua materna na escola. Milito neste campo desde 1977, tendo participado, desde então, de um número muito grande de cursos e de palestras (que não me dou ao trabalho de documentar minuciosamente) para professores, promovidos por escolas, delegacias de ensino, secretarias de educação, e, mais esporadicamente, por convênios.

No final de 1978, o Prof. Carlos Franchi foi a Ijuí, para um curso que o Departamento de Letras promoveu. Sabendo que eu não estava propriamente satisfeito, sondou-me sobre a disposição de voltar a Campinas, caso o Departamento aprovasse meu nome. Aceitei. Pouco tempo depois, soube da aprovação da proposta.

Em fevereiro de 1979, estava em Campinas, trabalhando normalmente, embora meu contrato só fosse assinado em setembro! Em virtude desta instabilidade, durante algum tempo, dei aulas em cursinhos. Foi uma experiência bastante deprimente, mas também frutífera. Descubri algumas estratégias para minhas aulas, que, penso, melhoraram muito.

Vinha a Campinas como fonólogo, com um projeto de pesquisa tipicamente gerativista. Dois meses depois, o Prof. Haqira Osakabe entrou na sala em que estávamos vários professores e me perguntou se tinha interesse em participar de um grupo de estudos de Análise do Discurso. Nesta área, ele fizera seu doutoramento recentemente e já ministrara alguns cursos. Chegara à Unicamp, também em 1979, a Profa. Eni Orlandi, que veio a ter papel preponderante na área. Aceitei imediatamente o convite e participei na medida do possível, acompanhado de minha total ignorância do campo - exceto pelo conhecimento de alguns textos sobre a teoria da enunciação e um pouco de Michel Foucault. O clima das reuniões não era sempre guerreiro, mas raramente era pacífico. Logo foram se firmando diversas posições, que, de certa forma, derivaram para direções que configuraram o que veio a ser a área de Análise do discurso na Unicamp. Anoto que o nível de formação dos que vieram a trabalhar na área era diferenciado. Mas também anoto que o tipo de formação e os interesses intelectuais de cada um também tiveram um papel na diversificação de rumos que depois se configurou mais claramente.

Em decorrência destes estudos, abandonei o interesse pela fonologia e comecei a ler alguma bibliografia de Análise do Discurso. Em 1980, ingressei no doutoramento, e, desde então, minhas atividades de professor e de aluno se confundiram. Tive que fazer um esforço paralelo para suprir deficiências de formação, e decidi investir em alguns campos da linguística. Minha preferência sempre foi não circunscrever-me a um só campo. Também por causa do pequeno número de professores de sociolinguística, aceitei ministrar cursos de variação na graduação, o que me levou a eleger durante um bom tempo esta área como meu segundo interesse (hoje ele não chega a tanto).

Fazer o doutoramento na própria instituição em que era professor foi duplamente prejudicial. Acumular o papel de professor e de funcionário - o que acarreta reuniões, comissões, etc. - e o de estudante - que exigiria tempo integral - prejudica ambas as funções. Além disso, sendo os professores colegas, as questões de avaliação e orientação ficam marcadas por critérios diferenciados. De qualquer maneira, fui fazendo minhas leituras e, aos poucos, amadurecendo um projeto de trabalho.

Por volta de 1984, o prof. Haqira, que era meu orientador, e de alguns colegas, tomou uma decisão surpreendente. Comunicou que deixaria de ser orientador de nossas teses (do Wanderley, da Maria Irma e da minha) e que nos transferiria para a orientação do professor Carlos Franchi. Ora, Franchi não trabalhava com Análise do Discurso, o que tornava a decisão estranha. Haqira nos convenceu com o argumento de que, como

trabalhávamos juntos, nossa linguagem se unificava talvez demais, e mais ou menos imperceptivelmente, o que poderia conduzir a um discurso apenas superficialmente idêntico, com o risco de que esse fato escondesse fragilidades. Dizia que Franchi, um leitor exigente, atuaria de forma a fazer com que nossos trabalhos resistissem às críticas e, eventualmente, as superassem. A decisão de Haqira, embora pareça estranha, foi uma verdadeira decisão de orientador: permitir a seus orientados as melhores condições possíveis para a execução do trabalho. Sempre podíamos contar com ele, mas o papel atribuído ao Franchi foi por ele duramente exercido, e esta decisão colaborou para que nos tornássemos mais autônomos, sem as obrigações que caracterizam grupos mais coesos, que existem em todas as áreas.

Para escrever minha tese, li muito em áreas vizinhas à análise do discurso: um tanto de sociologia da linguagem, de filosofia, de história, de etnografia da fala, de estilística. E um pouco de psicanálise. Mantive uma relação forte com a linguística, pelo menos em termos de atitude. Parecia, na época, que a análise do discurso poderia levar seus praticantes a desprezar a análise dos dados e a certa distância da linguística. Eu não quis cair num equívoco que consistia basicamente no seguinte: como certos problemas foram tradicionalmente tratados por uma linguística que não considerava fatores da história (ou mesmo das circunstâncias), a Análise do Discurso reagia como se *os temas* fossem ilegítimos, e não apenas equivocadas, por algum critério relevante, as teorias invocadas para abordá-los.

Tive oportunidade, durante a primeira parte da década de 80, de assistir a alguns cursos magistrais. Destaco o de Marco Antônio de Oliveira, com quem conheci o melhor de Labov, de que Marco discordava em muitos pontos (Marco é um difusionista, por exemplo), o de Carlos Franchi, que, em 84, que falava de suas especulações pessoais sobre linguagem; o de Michel Lahud, sobre história da linguística - de um brilho raro; o de Marcelo Dascal, também sobre história da linguística (como sempre, Dascal conhecia um autor que seu público não conhecia; no caso, isso possibilitou que eu conhecesse Lakatos; Márcio Silva e eu fizemos um seminário sobre esse filósofo, cuja importância para minhas posições é grande).

Em 1986, finalmente, depois de muita indecisão, escrevi a tese de doutoramento. Dois fatos interferiram imediatamente em meu ânimo e tornaram possível que eu escrevesse o texto: a) conhecer a concepção de estilo de Granger, que tentara ler já na década de 70, quando tudo me soava estranho; b) ter tido uma conversa “séria” com Haqira, a quem contei que estava escrevendo diariamente e rasgando tudo o que

escrevia. Ele me disse então, com a maior cara de pau, que não é assim que se faz tese: que, nessa fase, não é o aluno quem decide se o texto é bom ou não; são os outros, em especial o orientador. Desse dia em diante, não joguei mais rascunhos no lixo, a não ser por decisão do Franchi.

(Um parêntese) Neste memorial, aparece várias vezes, e diversas maneiras, minha relação com os livros. Não sei avaliar se é mais ou menos intensa que a de tantos outros. Talvez se distinga um pouco por determinada variedade, entre o ensaísmo, a literatura, a divulgação científica, linguística, análise do discurso, filosofia da linguagem, história. Apesar disso, creio que devo muito de minha formação à conversa: em Curitiba, durante a graduação; em Ijuí, com quatro ou cinco colegas e amigos que trabalhavam em áreas diferentes; em Campinas, durante o mestrado, porque, como anotei, quase só falávamos do que líamos e dos cursos que fazíamos (e se tratava de interlocutores nada banais!). Mas, de todas as longas conversações, destaco as que ocorreram na sala 20 do pavilhão, nos anos de meu doutoramento. Eu ia cedo a minha sala. Durante bom tempo, ficava só, especialmente pela manhã. Era quando aparecia Carlos Franchi. Tratava-se de um interlocutor peculiar. Claro, falava bem mais do que ouvia, mas não me tratava como a um desigual, embora a assimetria fosse óbvia. Cobrava posições, leituras, contava do que tinha lido, os olhos brilhando. Falava-se muito das restrições que as escolhas intelectuais produzem: nem se fica sabendo quão interessantes são outros tipos de trabalho! A este propósito, as provocações eram mútuas, e risos um pouco incômodos aconteciam. Eu acabava sabendo que perdia muito não estudando outros temas, porque sobre muito do que eu estava perdendo eu vinha a conhecer nergas em suas conversas. Mas eu sei que ele achava que perdia, não fazendo o que fazíamos. Neste período, aprendi muito mais ouvindo do que lendo. Depois do doutoramento, as conversas rarearam. Em seguida, ele se aposentou. Avalio que a figura de Carlos Franchi funcionou um pouco repressivamente em relação à decisão de me inscrever neste concurso. Às vezes, gosto de pensar que ele a apoiaria. E isso é bom. Não considerei muito a outra alternativa... (parêntese fechado).

Quem conhece a tese - que virou livro – verifica que não parece uma tese: não tem notas, nem é sobre um problema só. É, na verdade, um conjunto de ensaios, precisamente onze. Na verdade, escrevi os textos pensando em publicar um livro (ou artigos, se a fonte secasse!), mais do que em ser lido por uma banca. Eu tinha a sensação clara de que poderia escrever 10 ou 15 textos de 20 páginas, mas que não conseguiria escrever um texto de 300 páginas (avaliação e atitude que ainda mantenho). Escrevi



sobre um tema marginal - o estilo - e acredito que há mesmo coisas aproveitáveis naquele trabalho (vejo reaproveitamentos daquele material – sem que o saibam, claro - nos textos de analistas do maior prestígio!). A opinião de um bom número de leitores especialmente significativos (entre os quais Granger) me deixa bastante satisfeito com *Discurso, estilo e subjetividade*, que tem sido reeditado, embora não muitas vezes.

O doutoramento realmente foi uma libertação. Pouco tempo depois, eu estava no meu terreno (mas em outro terreno!), pesquisando sobre humor, sem orientação de ninguém, escrevendo basicamente ensaios, sem o compromisso de responder a uma instituição localizada (exceto pelos relatórios usuais, na Unicamp ou os devidos ao CNPq, já que logo passei a ser “bolsista de produtividade”). Depois da tese, consegui tomar conta de algumas temáticas de forma mais clara. Às vezes, graças a uma renitente insônia que me acompanhou durante alguns anos - e da qual, às vezes, tenho saudade.

Em seguida, comecei a atuar na pós-graduação. Dar aulas é uma atividade que tem, para mim, duas funções fundamentais: a) ajuda a formar – especialmente, eu diria, se os cursos abrem perspectivas em vez de encaminhar para um rumo específico, embora esta fase seja crucial quando se faz uma pesquisa; b) o responsável pelas aulas se obriga a leituras mais explícitas e sofisticadas do que as faria se não devesse expor os textos (defender ou criticar) aos outros. Devo quase tudo aos cursos que ministrei; quando posso, ainda assumo cursos novos, para me obrigar a ler melhor determinadas obras, ou sobre certos temas.

As orientações não aconteceram imediatamente. Foi mais ou menos lentamente que estudantes se aproximaram de mim. Mas, a partir de alguns anos depois da tese, sempre estive com a quota mais ou menos completa, e, às vezes, ultrapassava o número considerado desejável.

Em 1994, fiz concurso de livre-docência, apresentando dois volumes de ensaios: um conjunto de ensaios sobre textos humorísticos e algumas problemáticas gerais sobre o campo que me pareceram relevantes, e outro conjunto de ensaios sobre questões de análise do discurso, que resultavam basicamente de tentativas de explicitação ou de problematização de teses correntes; de algumas delas se passava ao largo na maioria dos textos que eu lia: construía-se uma versão da AD, que se estabilizava, se escolarizava, com vantagens e problemas. Alguns textos resultaram de questões formuladas em aula, quando eu lia com os alunos os textos clássicos. Desses dois conjuntos resultaram, um pouco depois, *Os humores da língua* e *Os limites do discurso*. Fazer esse concurso era uma forma de eu avaliar um modo de estar na AD, e, especialmente, meus textos sobre

humor. Na época, era uma questão (um vasto conjunto de questões, na verdade) à qual praticamente não só nenhum analista de discurso se dedicava, como também a rigor, nenhum linguista, nenhum pragmaticista (hoje, o panorama é completamente diverso e o número de publicações e de eventos sobre o campo se multiplicou). Os estudiosos de antropologia, sociologia ou literatura que o levavam em conta não consideravam a língua! Meu primeiro projeto apresentado ao CNPq recebeu um parecer que negava o pedido de bolsa porque considerava o campo esgotado!

No IEL, assumi alguns cargos (chefia do Departamento, Coordenação da Pós-graduação), participei frequentemente de colegiados (congregação, conselho departamental). Assumi duas vezes cargos em associações (presidência do GEL e vice-presidência da ANPOLL). Atuei em Comissões de Avaliação (da Capes), sou membro do CA-LL (no CNPq). Emito há bom tempo, e em bom número, pareceres para agências de fomento (Capes, CNPq, Fapesp, Fundação Araucária) e para um bom número de revistas (pertencço ao comitê editorial de pelo menos uma dezena). Atuar como parecerista de agências de fomento, de revistas e no CA-LL do CNPq me permite um conhecimento *real* da área e de áreas vizinhas: afinal, analisam-se os artigos e os projetos dos pesquisadores do país! As práticas de pesquisa, o nível de formação, os temas mais abordados, os diversos núcleos de pesquisa instalados mostram sua cara nessas ocasiões. Esta visão se complementa com o que se pode ver e ouvir nos congressos, pela participação em bancas em diversas universidades, além, como está claro, pela leitura constante dos (melhores) textos produzidos no campo em questão.

Ministrei sem intervalos – exceto pelas poucas licenças-prêmio – cursos na graduação e na pós-graduação. Na graduação, tenho preferido os cursos iniciais. Tentar converter colegiais em linguistas é um desafio que me interessa! Tenho sido muito bem sucedido com diversas turmas, embora não uniformemente. Na pós-graduação, alterno cursos de introdução à AD com disciplinas que tratam de tópicos ou de autores selecionados. Ofereci durante alguns anos o curso de Modelos de análise linguística. Na verdade, lia epistemologia e história da ciência. O objetivo era impedir uma simplificação excessiva no emprego de termos como “positivismo”, por exemplo, mas, especialmente, tentar fazer com que ficasse claro que os “outros” não são idiotas! E que a ciência, se é um discurso, é um discurso especial. E que as ciências humanas ocupam neste espaço um lugar precário, mas nem por isso inferior (antes pelo contrário!). Ofereci alguns cursos sobre humor, para ler os clássicos e divulgar e fazer um tipo de pesquisa a que tenho me dedicado há cerca de 20 anos. Estou sempre orientando pelo

menos uma dissertação e/ou tese que trata de algum tema do campo do humor, embora tenha deixado há algum tempo de ministrar cursos sobre ele.

Tenho tido uma atuação intensa, embora um pouco à margem de grupos bem organizados. Só recentemente organizei, e coordeno, um Centro de Pesquisa, no IEL, que se chamou **FETA: fórmulas e estereótipos: teoria e análise** (que comento abaixo, quando trato do papel dos textos curtos nas minhas pesquisas). Alguns anos antes, registrara um Grupo de Pesquisa no CNPq, mais por pressão institucional e de alunos do que por minha iniciativa ou gosto. Prefiro a vida intelectual à moda antiga, embora saiba que os tempos mudaram.

Tenho sido bastante convidado para mesas, palestras, conferências, bancas. Aliás, muitos de meus textos só foram escritos porque aceitei tais compromissos, que não gosto de não cumprir, e nos quais tento não me repetir totalmente, embora saiba que, às vezes, o convite se destina exatamente a ouvir da boca do autor o que a assistência já leu. Pode tratar-se da questão da gramática (o senhor pensa isso mesmo?), mas também da do sujeito ou da análise de piadas. Às vezes, aceito convites para tentar deixar claro que não foi bem o meu texto que foi lido...

A seguir, comento e avalio de alguma forma as principais atividades a que me dediquei. Faço-o considerando em separado os diversos tópicos, sem necessariamente explicitar cronologias. Para que cada um dos tópicos possa ser avaliado também quantitativa e cronologicamente, segue-se, ao final, um *curriculum vitae*, incluindo a enumeração da documentação anexada.

## **A ESCRITA**

A escrita ocupa um lugar de destaque absoluto em minha atividade profissional. Publiquei alguns livros contendo textos exclusivamente de minha autoria, organizei outros, sozinho ou em parceria, com textos de diversos autores, traduzi um pouco, publiquei sistematicamente em periódicos e em anais de congressos. Escrevi materiais diversos destinados a professores, e também textos em jornais e em *sites*, que qualifico de (quase) divulgação, alguns posteriormente reunidos em livro.

A seguir, faço breves comentários sobre cada um desses conjuntos de textos.

## **Os livros**

Meu primeiro livro foi a própria tese de doutoramento (*Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes. 218 pp. 1988, com duas reedições). De fato, eu lhe dera um padrão que não era o de uma tese típica. Por um lado, podia parecer uma coletânea de ensaios. Por outro, um livro dividido em duas partes, cada uma delas um pouco mais orgânica. A primeira encarava principalmente questões teóricas e metodológicas, e a segunda, questões de e sobre estilo, em diversas visadas, incluindo algumas análises. Um dia, poucos meses após a defesa, Haquira Osakabe me avisou que tinha entregado o texto à editora Martins Fontes, e que faria parte de uma coleção que ele coordenava. Não fiz nenhuma objeção.

Trata-se, obviamente, de um texto datado. Mas não deixou de ser interessante descobrir, recentemente, que diversos temas de que tratei – e dos quais não se costumava tratar em análise do discurso – apareceram mais tarde no interior deste campo. Sob guarda-chuvas diferentes, é claro, mas as questões estavam lá, especialmente as relativas ao ethos e ao tom que o constitui e do qual decorre como um efeito não fixo, embora bastante regular. Trata-se (eu dizia isso na tese), de uma forma radical de levar em conta a materialidade (mesmo!) da língua quando se trata de discurso.

Quando li De Certeau, por um lado, e depois Bakhtin, e, principalmente, Maingueneau, mas também outros autores de outras filiações que incluem o ethos em seus estudos (semioticistas, pragmaticistas, estudiosos diversos da enunciação - de Ducrot a Ruth Amossy), o Courtine mais recente, e, ao lado disso, livros e ensaios sobre oralidade e, especialmente, sobre humor, solidifiquei uma posição em relação ao que é *material* na língua, incluindo o que, segundo a clássica perspectiva saussuriana, lhe escaparia e ele alojava na fala. Ficou muito claro para mim que há uma zona entre o que é sistema e o que seria individual (nunca é!), área coberta, segundo a época, pela estilística, pela retórica, pelas teorias de texto, e à qual, finalmente, a análise do discurso chegou, despossuindo-a totalmente de qualquer laivo de individualidade ou de subjetivismo. Em contrapartida, construiu este “material” como lugar fundamental de constituição da subjetividade, sempre condicionada pelos campos, pelos posicionamentos e pelas formações discursivas, conforme o corpus de que se trate. Para esta direção de trabalho, foram vitais, na minha experiência, as teses de doutorado de Chacón e de Correia, cujos corpus eram escritos de vestibulandos, pela minuciosa consideração do ritmo, num caso, e da oralidade como “imaginário”, no outro.

É claro que eu não falava exatamente disso. Mas ter dito o que disse, a partir de uma bibliografia que não favorecia minha posição (exceto pela influência decisiva de Granger), facilitou enormemente leituras posteriores sobre *ethos*. O que tornou mais claras as exposições que tenho feito de tais teses a certas plateias que, a meu ver, não as apreendem adequadamente, pois as associam de alguma forma à retórica e à pragmática, pelo que guardariam de possibilidades de apelo a estratégias decididas pelos enunciadores.

Em 2002, organizei um livro que reunia um conjunto de textos de minha autoria sobre questões de análise do discurso, em geral miúdas, localizadas, sem alcance geral e sem proposta de trabalho que lhe fosse consequente (sempre dizia a meus alunos que se tratava de leituras inúteis para sua carreira). Chamou-se *Os limites do discurso* (Curitiba, Criar Edições. 2002. 262 p.; depois, o livro passou para a Parábola). Era para chamar-se *Nos limites do discurso* (quando vi, a capa estava pronta...), título que indicava um pouco melhor a proposta dos ensaios (penso que se trata de ensaios). Versavam exatamente sobre limites, na medida em que tratavam de problemas conceituais que faziam limite com outras versões sobre o tema (principalmente, a questão do sujeito). Alguns tentavam esclarecer ou combater posições aparentemente sobre detalhes das teorias, que, na verdade, nunca são detalhes. São apenas pontos cruciais para elas, embora breves. São frequentemente os extraídos para citação, eventualmente sem o “contexto” necessário. A maior parte dos textos originou-se de apresentações em mesas redondas, e também por isso tinham um tom um pouco combativo ou polêmico. Os ensaios não iam todos na mesma direção, porque eu os calibrava um pouco conforme a plateia (se imaginasse que se tratava de um público que não fazia AD francesa, eu a defendia; se imaginava que se tratava predominantemente de adeptos, eu a problematizava). Não tenho ideia dos efeitos que o livro produziu, exceto por alguns comentários positivos que ouço aqui ou acolá (no Brasil, os comentários negativos nunca são feitos diretamente ao autor; nem indiretamente, na verdade). Um traço constante dos ensaios é que há sempre um dado, também limite, que cria problemas para análises mais comportadas.

Em 2009, publiquei outra coletânea de textos sobre questões em AD (*Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial. 2009. 184 p.). Este volume inclui basicamente explicitações de teses da AD dita francesa. Procura deixar clara a diferença que é produzir AD seguindo autores diferentes. Diria que combate o ecletismo e faz a defesa das *análises* (que muita gente se esquece de fazer). Esta posição, um

antiecletismo, eu a defendo duramente, especialmente nos cursos e nas dissertações e teses que oriento. Talvez eu seja mais rigoroso com os outros do que comigo mesmo, neste aspecto. Talvez porque prefira ensaios a teses...

Organizei, com Souza-e-Silva, dois livros com textos de Dominique Maingueneau. De fato, ele os entregou praticamente prontos. Apenas determinados detalhes foram discutidos e negociados. Os livros se chamaram *Cenas da enunciação* (Curitiba: Criar Edições. 2006. 184 p.; depois, passou para a Parábola Editorial) e *Doze conceitos para a análise do discurso* (São Paulo: Parábola Editorial. 208 p.). Trata-se de apresentação de conceitos efetivamente novos em análise do discurso. Como há controvérsias entre analistas do discurso sobre a necessidade da fidelidade às teses de Pêcheux (uns acham que sim, outros, que não, que se deve seguir Foucault ou Bakhtin...) emito aqui um juízo sumário sobre estes textos de Maingueneau (adiante, falarei mais de minhas leituras de Maingueneau): provavelmente, ele recebe influências de Foucault e de Bakhtin (neste caso, especialmente em relação à relevância dos gêneros) do que Pêcheux recebeu – ele praticamente as rechaçava. Mas, certamente, ele está na esteira dos fundamentos clássicos da AD, exceto por deixar de lado algumas teses althusserianas e por raramente fazer apelo à psicanálise. Como eu mesmo nunca fui althusseriano (foi sempre este viés do trabalho de Pêcheux o que fez com que eu nunca me entregasse totalmente a ele) e domino mal a psicanálise, que invoco apenas em textos sobre humor, as teses de Maingueneau não só não me espantam, como considero que estão efetivamente no cerne da AD. Bastaria, para tanto, que se considerasse sua bibliografia e o fato de que só é citado por analistas do discurso (um griceano nunca citaria Maingueneau), embora não por todos. O que melhor caracteriza estes textos de Maingueneau, no entanto, é seu forte componente “modelizador”: além de reivindicarem fatos de discurso, são poderosos mecanismos metodológicos, o que facilita a vida dos analistas comuns, entre os quais claramente me incluo.

Uma das características do trabalho mais recente de Maingueneau é a produção de uma quantidade bastante grande de conceitos novos, o que decorre do fato de ele considerar corpora muito diversos (da literatura à publicidade, da filosofia aos blogs, do discurso científico às manchetes de jornais e coletâneas de frases). Descobriu uma série de questões e formulou hipóteses para o tratamento de um conjunto de problemas clássicos, para alguns dos quais propõe olhares efetivamente novos e francamente discursivos: autoria, subjetividade, campos

(literatura, filosofia...), circulação, interdiscurso, ethos, interlíngua, discursos constituintes etc. Além disso, tem tratado com acuidade ímpar de diferentes modos de “recepção” dos diferentes discursos, na medida em que obedecem a regularidades diferentes.

Organizei outros livros em parceria com colegas de outras universidades. *Mídia e rede de memória*, que organizei com Fonseca-Silva, M. C., uma brilhante professora e pesquisadora que tive a honra de orientar (Vitória da Conquista: Edições UESB. 2007. 180 p.), é uma coletânea de trabalhos que, em sua maior parte, têm fortes marcas foucaultianas. Isso me levou a dizer, no prefácio, que os leitores estavam diante de um livro que indicava fortemente outra direção de trabalho, em relação ao que a AD tinha sido prioritariamente no Brasil; e que seu “sucesso”, ou não, era uma questão empírica. Isto é, seria verificado posteriormente. O prefácio me valeu quase rupturas com colegas, que julgaram que o gênero comporta apenas elogios, ou que eu me posicionava contrariamente àquela direção, como se isso não fosse legítimo, por um lado, se fosse o caso, mas, principalmente, como se minha posição impedisse a seu prosseguimento (quem dera!). Embora eu insistisse na qualidade dos trabalhos, este pecadilho teria custado caro, se me interessasse cultivar relações à custa de minhas posições intelectuais.

Com Roberto Baronas, organizei *Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil* (São Carlos: Pedro e João Editores. 2008. 216 p.), uma coletânea de trabalhos que apresenta conceitos de Maingueneau e análises decorrentes deles. Alguns trabalhos são de autoria de ex-orientandos/as, que Baronas, mais do que eu, convidou, e o fez depois de ter lido seus textos ou de tê-los ouvido em congressos. Ou seja: foi mais ele do que eu quem percebeu que já havia uma grande quantidade de trabalhos inspirados em teses de Maingueneau, e que já estava na hora de reunir alguns (este lado “promotor” nunca foi meu forte).

*Estudos do texto e do discurso: política e mídia* (organizado com PASSETTI, M. C.). Maringá, EDUEM. 194 p.) resulta de um convênio PROCAD entre o IEL/DL e a Universidade Estadual de Maringá. Reúne textos de professores e alunos dos dois programas de pós-graduação, nas linhas de pesquisa ligadas à análise do discurso.

## **O humor**

A seguir, comento brevemente meus dois<sup>2</sup> livros sobre humor. Em 1998, publiquei um conjunto de ensaios a que chamei *Os humores da língua* (Campinas: Editora Mercado de Letras. 1998. 152 p.). Resulta de trabalhos apoiados, inclusive, por bolsa do CNPq (hoje chamadas de bolsas de produtividade). Creio que o título é até uma boa indicação do que o livro contém: são, antes de mais nada, descrições bastante detalhadas – embora intuitivas, em sentido técnico, isto é, sem, apelo explícito a uma teoria formalizada – de um conjunto de piadas. A justificativa para este trabalho era que, em geral, os analistas de humor vão diretamente à interpretação (social, cultura, antropológica etc.), fazendo de conta que o texto é transparente. Embora meu trabalho possa parecer *de linguista*, minha avaliação é que faço o que muitos analistas de discurso não fazem – mesmo que repitam que a linguagem não é transparente! Também apresento “teses” sobre o humor, algumas não triviais, eu diria (embora sejam fruto de longa mastigação, ou seja, não saíram do nada), o que se deve evidentemente aos instrumentos que mobilizei, e não a qualquer engenhosidade criadora. Posso dizer com certeza que o livro contribuiu muito para que se disseminassem as pesquisas sobre humor nos cursos de letras e nos programas de pós-graduação em linguística. É fácil ver isso pelas citações. Como tem havido bastantes publicações – ou tentativas -, e como, por diversas razões, recebo trabalhos para julgar, acabo tendo uma ideia razoável do volume de citações. Às vezes são bem equivocadas, dado número de vezes que os estudiosos colocam meu nome e livro ao lado de outros e de suas obras (expressões como “Freud e Possenti” me fazem perder a paciência). Não é que eu mesmo não valorize meu trabalho, mas tenho plena consciência do lugar que ocuparia, embora ele certamente ajude a ler melhor autores clássicos e, principalmente, a fazer análises.

Só depois de um logo tempo, dado que se trata de meu projeto financiado, publiquei recentemente outra coletânea (*Humor, língua e discurso*. São Paulo: Editora Contexto. 2010. 184 p.). Os trabalhos contidos neste volume quase sempre insistem ainda na explicação (um sinônimo do que Pêcheux designa como “descrição”, porque é o que faço), mas consideram mais claramente problemáticas clássicas da AD. Mas nem tudo é assim: por exemplo, a defesa da tese de que o humor é universal (esboçada em 1998) poderia ser associada a trabalhos de

---

<sup>2</sup> Agora são três, desde a publicação de “Cinco ensaios sobre humor e análise do discurso” (São Paulo: Parábola).



sociologia ou de história ou de antropologia! Foram os fatos que me empurraram nesta direção, contrária à de praticamente todos os que tratam do assunto! Li muitas piadas, em diversas línguas, e foi assim que encontrei (quase) sempre as mesmas em todas as “culturas”.

Nesta coletânea, destaca-se o volume de ensaios que tratam de humor sobre questões das próprias línguas.

### **Textos sobre língua e gramática (para professores?)**

Paralelamente à produção de ensaios em análise do discurso e sobre questões de humor, mantive uma produção contínua de textos diversos sobre questões escolares, com ênfase para os discursos sobre gramática na escola. Numerosas colunas (de que falarei abaixo) versaram, direta ou indiretamente, sobre esta questão. Mas houve também outros textos, como *Língua portuguesa*, da Série **Vestibular Unicamp** (Rio de Janeiro: Editora Globo. 1993. 96 p.), que escrevi com Abaurre, M. B. M. É um livro que defende e avalia provas do vestibular Unicamp e expõe a doutrina básica que guiava as bancas. Ainda acho que se trata de obra de muito interesse, embora pareça datada, e gostaria de reescrever e de republicar (nem comento, por óbvia, a relevância da experiência de escrever um texto longo em parceria com Bernadete Abaurre, que era minha “chefe” e fora minha orientadora no mestrado).

Como resultado de muitas falas para professores, em diversos lugares e ambientes – às vezes bem adversos -, escrevi um livro de divulgação das teses (*les acquis*) da linguística sobre gramática. É um livro cujo leitor é o professor que não fez um bom curso de letras, mas que se tornou leitura introdutória em muitos - muitos mesmo – cursos de letras (às vezes lido tortuosamente, diga-se). Por causa de seu destino, às vezes abomino a prática de fazer cópias xerox; outras vezes, porém a abençoo, pois é a única forma de muita gente poder ler um texto básico, que a maioria das livrarias não põe nas estantes. É um enorme lugar comum, mas, afinal, a única razão para escrevermos é virmos a ser lidos. O livro tem um título que se prestou a leituras tortas, porque muitos teimam em não ver os parênteses. Assim *Por que (não) ensinar gramática na escola* (Campinas: Editora Mercado de Letras - Associação Brasileira de Leitura. 1996. 96 p.) é, para muitos, simplesmente *Porque não ensinar gramática na escola*. Como eles gostariam que o livro defendesse esta tese!

*Mal comportadas línguas* (Curitiba, Criar Edições. 2000. 126 p., reeditado, quase completamente reformulado pela Parábola, em 2009), *A cor da língua e outras croniquinhas de linguista* (Campinas: Editora Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil. 2001. 168 p.) e *Língua na mídia* (São Paulo: Parábola Editorial. 2009. 168 p. ISBN 976-65-7934-005-5) são coletâneas de textos breves (às vezes, juntei dois ou três, especialmente em “croniquinhas...”), publicados previamente em jornais ou em sites, rotina que mantenho semanalmente, desde 1998 (falarei de novo sobre isso adiante). Os textos são, em geral, polêmicos (escrevi em algum lugar que, se pudesse, viveria de polêmicas; acho que sei atacar e me defender, mas também sei reconhecer equívocos, que sempre confesso sem problema). Trata-se, de certa maneira, de divulgação da linguística, respostas a análises que não são análises, mas a repetição de grosseiros preconceitos ou de aulas precoces que gente que opina sobre língua na mídia emite em tom de verdade definitiva. *Língua na mídia* é ainda mais diretamente polêmico, porque inclui apenas textos que “atacam” análises ou opiniões de figurões (jornalistas, na maior parte dos casos, mas também outros columnistas).

Ainda no domínio dos textos relacionados ao ensino e adjacências, e retomando o fato de que organizei livros, reuni em *Mas o que é mesmo “gramática”?* (S. Paulo: Parábola Editorial. 2006. 152 p.), a pedido de familiares e do editor da Parábola, dois textos de Carlos Franchi voltados para professores e dois outros que ele escreveu com suas colegas da USP (Ana Mueller e Esmeralda Vailatti Negrão), cujos destinatários eram alunos. Os dois primeiros explicitam suas colaborações com a CENP, e os dois últimos são análises exemplares, que deixam muito claro o que Franchi entendia por intuição.

Meu nome consta também entre os organizadores de *Saudades da língua* (Albano, E. *et al.*. Campinas: Mercado de Letras / Departamento de Linguística. 2003. 720 p.), publicação que o DL patrocinou em seu 30º aniversário. A rigor, não deveria constar, porque minha contribuição para sua organização foi praticamente irrelevante. Não que eu não tivesse nada a dizer sobre ele, apresso-me em acrescentar.

Durante cinco anos, a partir 2004, fiz parte da equipe do CEFIEL, “órgão” que decorreu de um grupo de professores do IEL vencer uma licitação do MEC para criação de um centro de formação continuada. Coordenei uma área (escrita e rescrita). Com alunos, elaboramos grande quantidade de material (certamente,

poderia resultar num excelente livro didático), ministramos cursos, em parte presenciais e em parte à distância. O resultado mais relevante deste trabalho, no meu caso, foi a descoberta de alguns talentos excepcionais entre os alunos (durante o último ano do convênio, assumi a função de executor). É um conhecimento um pouco mais objetivo da precariedade da educação pública.

No final de 2008, um grupo de professores do IEL concorreu a outro edital do MEC para elaboração de materiais “didáticos” que deveriam funcionar em suportes diversos (internet, rádio, TV etc.). Trabalhei em roteiros de programas de rádio (nove, no total), acrescidos de atividades e de guias para docentes. Organizei os trabalhos em torno de piadas (3 roteiros), provérbios “alterados” (3 roteiros) e frases célebres (3 roteiros). Por um lado, levei para outro espaço corpus com os quais trabalho constantemente; por outro, foi um aprendizado operar com outros gêneros e suportes, em uma linguagem que acaba sendo peculiar (eu tinha que encenar isso tudo em formatos que nunca tinha manipulado). De novo, a colaboração de estudantes e os debates com os colegas foram excelentes experiências.

### **Artigos e capítulos de livros e trabalhos apresentados em congressos**

Publiquei artigos sistematicamente, mas, nos últimos anos, minhas publicações foram essencialmente capítulos de livros. Não se trata propriamente de uma opção. O fato decorre de haver convites sistemáticos para fazer parte de livros, o que faz sobrar pouco tempo para artigos em revistas. Não tenho certeza de ter feito uma boa opção. Ocorre que não tenho muita facilidade para dizer não, mesmo que não se trate da melhor opção... Alguns dos textos publicados originalmente como artigos e como capítulos de livros foram depois reunidos nas coletâneas de ensaios acima citadas. Estas coletâneas resultaram também de solicitações de colegas. A alegação era que assim seria mais fácil encontrar meus textos. Em nossa área, de fato, a prática de manusear livros, mais do que revistas, resiste ao tempo e a algumas mudanças (ver abaixo, em **Congressos**, uma nota sobre os trabalhos apresentados em eventos).

Há quase quatro anos, aceitei colaborar mensalmente na **Revista Língua Portuguesa**, uma publicação voltada, digamos, para professores. É uma revista um pouco eclética, na qual colaboram defensores de tradições gramaticais bastante conservadoras (se dois dicionários discordam sobre certa variedade, há colaboradores que defendem a mais conservadora, e seu único argumento é este), estudiosos de linguística histórica, estudiosos de texto e de discurso (em minoria absoluta). Meus

textos, em geral, exploram questões de gramática, expondo basicamente análises alternativas que se caracterizam por maior coerência e explicitude (seriam boas aulas, eu imagino, se os professores decidissem ministrar mesmo aulas de gramática!). Tem sido bom ouvir de sintaticistas de renome que eu defendo a linguística na revista, e mesmo fazendo comentários bem positivos sobre meus modestíssimos estudos de sintaxe. Essa avaliação resulta em parte de esperarem que eu escrevesse sobre análise do discurso, por um lado, mas por outro, recebo-a como uma avaliação positiva de meus textos, numa área em que não sou especialista, mas que considero ser o nó górdio da educação escolar no Brasil. Por isso, minha intervenção é neste domínio é, de certa forma, meu espaço de militância.

Foi por acreditar que há formas de intervenção no ensino de língua materna na escola que competem aos pesquisadores que, em determinadas circunstâncias, passei a fazer parte da equipe que elaborava as provas do vestibular Unicamp, o que incluía participar da correção, pelo menos da segunda fase. Por três anos, fui presidente da banca de língua portuguesa, o que me obrigava também a coordenar a correção da prova de redação. Além disso, “divulgava-se” a filosofia da prova, o que levava a banca a diversas reuniões anuais com professores e coordenadores de disciplinas das escolas de cidades vizinhas. Nem sempre era fácil defender a prova. Não tive papel relevante na concepção do modelo de prova, mas colaborei para sua solidificação na década de 90. Pode-se dizer, creio, que o vestibular Unicamp interferiu positivamente em práticas escolares. Aparentemente, mais na rede privada do que na escola pública, o que é uma pena.

### **Traduções**

Traduzir é uma atividade que me seduz, especialmente porque permite – ou obriga – a leituras muito cuidadosas. Devo muito de minhas opções de trabalho, nos últimos dez anos, à tradução de *Gênese dos discursos* (Maingueneau, *Genèse du discours*), que fui fazendo para os cursos e posteriormente publiquei. Ao mesmo tempo, traduzi, com a mesma finalidade, um texto de Courtine (*Langages*, 62), que não pude publicar, porque o autor se comprometera com outra colega, que, finalmente, publicou a tradução em 2010. Traduzir e retraduzir essas obras (que alunos liam para as aulas e comentavam soluções que eu dera, e também chamavam atenção para erros) foi uma experiência intelectual muito marcante. Trata-se de dois livros de importância teórica fundamental. Além disso, ambos permitem uma leitura metodológica, na medida em

que explicitam (não em detalhes, é verdade) o percurso das pesquisas sobre os corpora extensos que as originaram. Este traço fazia deles, para mim e para os alunos, uma espécie de guia para encaminhar dissertações e teses. Sabe-se que não é tarefa fácil definir um corpus e realizar sua análise com base apenas nos textos de Pêcheux (o mesmo se diga dos de Foucault). Ora, essas duas obras facilitam estas operações, sem fazer nenhuma concessão que tenha feição de métodos de aplicação automática.

Traduzi diversos textos de Maingueneau para as duas coletâneas que organizei com Souza-e-Silva, e também de um texto sobre ethos, que está em Amossy, R. (org.). Poderia repetir a respeito destes trabalhos mais breves o que disse dos livros: além de colocar textos de interesse à disposição dos leitores, considero que o principal resultado das traduções são as vantagens intelectuais de que se beneficia o tradutor – pelo menos, no meu caso foi o que aconteceu.

Também traduzi alguns verbetes e revisei inteiro, com Fabiana Komesu, em férias memoráveis (!), o *Dicionário de análise do discurso* (coordenado por Charaudeau e Maingueneau, editado pela Contexto). Em outro memorável mês de fevereiro, traduzi com Luciana Salazar Salgado o precioso *A noção de “fórmula” em análise do discurso*, de Alice Krieg-Planque (editado pela Parábola).

## **Prefácios**

Escrevi algumas apresentações de livros, diversos deles de orientandos que publicaram suas dissertações e teses. Tentei ser um pouco menos convencional, sem ter certeza de ter conseguido. Considero tais convites uma evidência de que a relação de trabalho foi bem sucedida, que houve menos problemas do que efeitos positivos. Afinal, eles já estavam livres de mim, não precisavam mais de minha aprovação ou de meu apoio. Por isso, considere seus convites como declarações implícitas de que as coisas tinham ido bem.

Também escrevi algumas apresentações de trabalhos com os quais não tive nenhuma relação prévia. Manuel Correia me perguntou se eu apresentaria seu livro *Linguagem & comunicação social; visões da linguística moderna*, e Carlos Alberto Faraco me intimou a apresentar seu belo texto sobre Bakhtin. Às vezes, como se vê, os prefácios foram um prêmio.

## **Textos na mídia**

Como disse acima, de passagem, escrevo uma coluna semanal desde 1998. Na verdade, deixei de “cumprir meu dever” cerca de dez vezes, requeitei outra dezena de colunas (mas avisava disso aos leitores, que merecem ser tratados decentemente), e publiquei dois ou três textos breves de outros linguistas.

Em algum momento, achei que cabia aos linguistas, e eu me atribuí a tarefa, escrever sobre como a mídia fala da língua. Destacava, a cada semana, alguma passagem de jornal, revista, televisão ou rádio, que falasse de língua (comentários idiotas sobre “erros”, pretensas análises, palpites infelizes etc.). Contava ao leitor em meu texto o que tinha lido ou ouvido e, em seguida, mostrava os equívocos, as simplificações, os erros de análise, a verdadeira ignorância. Algumas vezes, expliquei aos leitores o que é que eu queria escrevendo essas colunas: queria apresentar fatos de língua de outro ponto de vista que não fosse o normativo. Para isso, comparava as colunas comuns de divulgação científica às colunas mais do que comuns sobre língua, mostrava sua radical diferença. Imaginem, eu dizia, um astrônomo fornecendo os nomes dos planetas e a duração de sua circunvolução em torno do Sol em uma coluna de jornal. Pois é isso que fazem os colunistas que falam de língua. Seguia-se uma análise alternativa de um fato que tinha sido objeto de algum comentário. Frequentemente, tratava-se de construções ditas erradas, mas, muitas vezes, a questão era como ler bem um dicionário ou uma gramática (ou de como não eram lidos, pois os colunistas iam aos manuais de redação...).

Diria que os públicos implícitos dos meus textos são ora colegas de pesquisa, ora alunos e outros interessados em discutir ou tomar conhecimento de algum problema de pesquisa, ora leigos ou quase leigos interessados em questões de língua, ora professores em busca de informações para poderem modificar seu discurso em sala de aula, notadamente sobre a questão da gramática na escola (um tema mais do que renitente) e sobre leitura.

Nestes pequenos textos, escolhi alguns adversários (achava que combatê-los era uma obrigação acadêmica e política), mas eles nunca responderam! Nem sei se tomaram conhecimento de meus textos, alguns deles verdadeiras diatribes.

Dessa atividade que às vezes me cansa e quase sempre estraga meus finais de semana, resultaram três livros, um público bastante grande de leitores de todos os tipos (que eventualmente me reconhecem quando assino um cheque...) e um estilo que foi se distanciando do esperado na academia. Enfim, um estilo que talvez aprecie mais que o dos artigos, e que sempre lutei para poder praticar, e que já causou prejuízos (pareceres

sobre artigos submetidos já me cobraram mais “cientificidade!), mas também algumas vantagens. Talvez meus textos tenham se tornado mais legíveis, pelo menos por não especialistas (mas ainda sei imitar a academia!).

Sempre desejei escrever em jornais ou em meios similares (comecei em Curitiba, durante minha graduação, como anotei acima). Sempre quis um compromisso com leituras e análises consistentes, mas sem a obrigação de citar autores e páginas exatas a propósito de tudo – porque seria necessário fazê-lo, no limite. Disse no memorial que escrevi para a livre-docência que desejei secretamente, durante muito tempo, ser colunista esportivo. Na verdade, acho que minha ambição é ser ensaísta, não um “cientista”. De certa forma, este espaço me propicia certa liberdade (vigiada, que ninguém se engane! - e em mais de um sentido). Por outro lado, trata-se de uma prática que afetou minha escrita, tanto por sua duração (12 anos!) quanto por sua frequência (semanal!). O que não é necessariamente ruim.

O que mais tem me dado satisfação, no que se refere a este trabalho, são reações que, aqui e acolá, colho de leigos. Na verdade, é para eles que escrevo, não para meus pares. Escrevo também contra todos os preconceituosos e reacionários, os ignorantes que pensam que sabem tudo porque compraram um dia um manual de redação, que brandem orgulhosamente, como se fossem grande coisa, contra os que eles chamam de iletrados. O depoimento que mais me deu satisfação, até hoje, foi o de um fabricante de molduras, que me identificou pela assinatura no cheque. Disse-me que, antes de ler minhas colunas, achava que não sabia falar. “Agora eu dito!”, acrescentou. Para mim, valeu.

### **Fascículos**

Escrevi alguns fascículos didáticos: dois para uma rede escolar, Pueri Domus (já vendida a outra dessas empresas que descobriram a educação...) e um para o CEFIEL. Quando se trata de ensino de português na escola, prefiro atacar a questão da gramática, mais especificamente, a da escrita, por duas razões: a) ela me parece ser o maior entrave da escola brasileira, porque é por esse lugar que passa a avaliação mais dura e equivocada. **E a outra?**

### **LEITURAS**

Neste período, deparei-me com textos fundamentais, destes que deslocam um estudioso. O texto “Retornar à história”, de Michel Foucault, me permitir não apenas

compreender melhor a relação do estruturalismo – ou de um deles! – com a história, especialmente porque seus exemplos são mesmo paradigmáticos e se referem a diversos campos, mas, especialmente, organizou minhas leituras sobre acontecimento (que eu fazia desde meu doutorado...). Em nenhum lugar vi exposta com tamanha clareza a teoria das diversas durações. Por isso, esta leitura me levou a pensar nos efeitos desiguais, para os sujeitos, do fato de os acontecimentos serem de duração diversa, especialmente quando se trata de acontecimentos discursivos, que afetam a memória de maneira crucialmente diversa. As consequências são definitivas, a meu ver, para o estudo da relação do sujeito com uma formação discursiva. Não parece mais sustentável a tese de uma relação com a FD como um todo. A relação deve ser variável, conforme a “duração” (e a proximidade com o sujeito) de certo acontecimento discursivo que se “inclui” em determinada FD. Fiz outras leituras sobre “a volta do acontecimento”, especialmente de um livro organizado por Peter Burke, que seleciona ensaios absolutamente cruciais sobre a questão.

Como disse, sou um leitor quase diário de Foucault. Mas isso não me garante leituras sempre seguras (embora eu esteja situado mais ou menos claramente num debate, na “comunidade” dos analistas do discurso, em uma posição francamente contrária à de outros, até dominantes, numericamente). Alguns de seus comentadores me ajudam muito... Destaco Paul Veyne, historiador e amigo (com seus *Como se escreve a história* e *Foucault: sua pessoa, seu pensamento*). Ele esclarece posições foucaultianas muito específicas sobre os saberes, sobre o que ele chama de *o positivismo de Foucault*, seu peculiar ceticismo, relativo apenas aos “universais”, nunca em relação aos “fatos”.

Destaco as leituras em filosofia e história das ciências. Elas não me tornaram “cientificista”, mas me ajudaram muito a chegar a uma posição que quase não reencontro entre meus pares, que ora tratam a ciência como apenas mais um discurso (que considero um relativismo barato), ora consideram seu trabalho tão científico como se fosse o de um físico! A meu ver, as diferenças são radicais.

Destaco a leitura de Michael Löwy (*As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*), pela sua avaliação das diversas tendências das ciências humanas, pelo estudo panorâmico, mas nem por isso superficial, das questões dramáticas da verdade e da objetividade. Mas, antes de tudo, por sua metáfora da verdade como paisagem, que depende tanto do alcance do ponto de vista do pintor quanto de sua capacidade de pintar. Gosto dele também porque me deixa completamente



desconfortável entre as teses da ruptura e as da continuidade dialética (se eu tivesse uma posição segura e tranquila sobre estas questões, pediria minha aposentadoria).

Foi em meados da década de 90 que comecei a dar mais atenção a autores que se tornaram cruciais para o que faria depois (não é que eu não lesse antes, mas estava mais disperso, e ainda faltava algo que fizesse com que as coisas se encaixassem um pouco). Alguns dos resultados destas novas leituras se manifestaram inicialmente em dissertações e teses que orientei, mais do que em textos de minha autoria. Algumas delas tratavam de *corpora* humorísticos, outras, de dispositivos midiáticos. Minha preferência recaía sobre temas controversos, e os alunos sempre entendiam que esta era uma vantagem, tanto política, quanto teórica e prática – já que tinham prazos curtos.

A leitura de algumas obras de Freud foi decisiva. Descobri novos dados e, especialmente, sua obsessão pela descrição minuciosa deles. Não é à toa que inventou a psicanálise e que ela passa pela linguagem. Quando, hoje, sou chamado, por uma ou outra razão, a avaliar algum trabalho que diz se basear em Freud e Lacan, surpreendo-me, frequentemente, com sua incapacidade de ir além da repetição dos textos dos mestres, mas, principalmente, da mudez diante de dados!

Neste tempo, comecei a escrever mais insistentemente sobre textos mínimos, frases espirituosas e equívocas, que, a meu ver, problematizavam boa parte do que se tornara dominante na AD (a paráfrase!), mas, em especial, a relação entre língua e ideologia mediada por formações ideológicas. Na maioria dos trabalhos, dominava a paráfrase, embora Pêcheux já tivesse escrito *Semântica e discurso* (que fala bastante dos chistes) e no Brasil se tivessem publicado também os apêndices! Não que não houvesse ideologia nos meus pequenos textos, e todas as suas consequências para o sentido, ou que eu a deixasse de lado, mas havia algo que me parecia escapar nesses dados, e, principalmente, parecia haver sempre uma brecha, uma instabilidade. Isso me interessava mais do que as propostas clássicas da AD relativas a *corpora* mais estáveis. Nas releituras que fiz de Pêcheux, chamaram mais minha atenção suas notas sobre as falhas e o equívoco do que as grandes construções – que continuo achando geniais e às quais volto sempre – sobre discurso e ideologia. A publicação de “Discurso: estrutura ou acontecimento” foi decisiva, tanto por um certo abandono de algumas posições quanto pela ênfase (li assim) nos enunciados não logicamente estabilizados. O prefácio a Courtine, os anexos a *Semântica e discurso*, seus textos sobre memória e leitura foram influências importantes. Mas, em mim, produziam mais dúvidas do que certezas. Achei

bom esse efeito, já que eu me via mais como ensaísta, em especial do “miúdo”, do que outra coisa.

Simultaneamente, li com atenção *A invenção do quotidiano*, obra que me seduziu pela atenção dedicada ao “pequeno”, especialmente por sua releitura de Benveniste e de Freud, na introdução. A noção de sujeito tático, um dos temas centrais da obra de De Certeau, me pareceu fundamental para que eu mesmo compreendesse melhor as posições que defendera na tese de doutoramento. Ao mesmo tempo, iluminavam minha leitura de Freud, especialmente no que se refere ao fato de que um fazedor de chistes *sabe* que está fazendo um, quando o faz (sem que isso implique que saiba quais são suas motivações!!), diferentemente do que ocorre com os atos falhos e com os “erros” cômicos das crianças, que nos fazem rir delas, e não do chiste. As consequências desta outra brecha para a discussão sobre sujeito eram gigantescas. Ao mesmo tempo, este sujeito tático, embora não seja o “mesmo”, encontra uma analogia forte em Foucault, nos textos sobre a história da sexualidade, dos quais emerge um sujeito que assume certa ética, sem ser obrigado! Estilização, estética da existência. Mais tarde, em seus trabalhos sobre saber e poder, Foucault insiste nesta liberdade do sujeito no que se refere a se rebelar ou a se deixar levar, embora, evidentemente, no interior do quadro de cada época (do *a priori* histórico, que Veyne chama mais ou menos pitorescamente de aquário).

Mais ou menos ao mesmo tempo, li textos de Courtine e de Marandin, que foram decisivos para que a AD “incorporasse” a tese do interdiscurso e/ou da heterogenidade. A crítica aos *corpora* uniformes e repetitivos me pareceu importante – e o foi para toda a AD. E logo reli *Gênese dos discursos*, que eu definitivamente não compreendera quando o lera alguns anos antes. Paralelamente, lia aspectos da obra de Bakhtin (e acompanhava debates sobre ela) e lia Foucault (ao qual volto sempre, mesmo que seja apenas para o ritmo alucinante de seus textos). Diversos textos de Jacqueline Authier foram de importância crucial, mas nenhum o foi tanto quando *“Heterogenidade mostrada e heterogeneidade constitutiva...”* (os outros são desdobramentos, exemplos...), tanto pela clareza de suas hipóteses – e do que elas excluem – quanto pela apresentação das teses nucleares de Bakhtin e de Lacan – vale dizer, dos aspectos históricos e psicanalíticos da heterogeneidade. Devo a ela a escrita, a contrapelo, é verdade, de um texto crucial na minha trajetória: *O eu no discurso do outro, ou a subjetividade mostrada*, em que eu lia Authier-Revuz contra ela mesma, destacando o que, me parecia, a autora deixava de perceber (não podia perceber), o avesso de seu texto, o que

o sujeito faz quando “metaenuncia”: ele sabe o que faz, num certo sentido, no mesmo sentido em que o chistoso sabe que faz um chiste, segundo Freud. Os fundamentos de minha leitura de seus textos, com a resistência a alguns de seus aspectos, vinham de Freud e de De Certeau.

Em cursos sobre discurso e texto, cuja finalidade era “pensar” o que acontece no desenrolar (*déroulement*) de um texto, a leitura palavra a palavra deste texto e do de Bakhtin sobre discurso relatado foram cruciais para mim – e para alguns alunos, segundo eles me disseram.

*História da sexualidade* me fez crer que era mesmo bem discutível a tese da repressão (mas também porque Foucault desloca, ou retrata bem diversamente o terreno do discurso da sexualidade – não se trata só do sexo, mas de tudo o que tem a ver com ele, até mesmo a demografia!). Fui seduzido por duas teses de Foucault, que, aos poucos, foram sendo reencontradas em diversos textos dele: a da penetração da verdade em domínios em tese isentos dela; e a da liberdade do sujeito em seus pequenos domínios de vida. O que o aproxima de De Certeau, embora discordem sobre numerosas questões (De Certeau não é jesuíta sem pagar o preço justo), e ao Freud dos chistes – embora não ao dos atos falhos! (O que fortalecia uma tese que eu tinha vislumbrado: o assujeitamento não é sempre da mesma ordem...).

Fui me dando conta de que esses autores não diziam as mesmas coisas, que cada um deles merecia uma abordagem própria, embora se aproximassem. Fui desenvolvendo a convicção de que não se misturam as obras de grandes pensadores. Cada uma pode ser chamada em apoio a outras, mas quase nunca se pode dizer que eles se repetem e que repisam o mesmo solo. Passei a desconfiar cada vez mais de alianças que viam Bakhtin, Pêcheux ou Foucault por toda parte, fazendo tabula rasa dos lugares específicos a partir dos quais pensaram sua obra (sem contar que hoje se acrescentam, em algumas universidades, linguistas de texto e da análise da conversação a esta lista de notáveis). E, especialmente, sobre quais seriam os adversários de cada uma delas. Isto para praticar profissionalmente, e rigorosamente, uma das consequências mais cruciais do interdiscurso, que foi durante bom tempo visto como uma espécie de celebração da citação ou da alusão, como se a inunção do dialogismo fosse um convite a um grande, interminável e comemorativo diálogo, se possível entre os diferentes!

Mas foram especialmente as obras de Maingueneau que tiveram um papel fundamental no meu trabalho e nas minhas convicções em AD. Em primeiro lugar, pelo fato de que analisa discursos diversos - dos vastos corpora *claramente* ideológicos,

como os religiosos, até as apresentações de si em blogs de relacionamento -, mas, especialmente, por suas obras sobre o funcionamento dos diversos campos discursivos, com destaque, para seus trabalhos sobre o discurso literário. Mas, ainda antes disso, pelos textos sobre os discursos constituintes.

Não é certamente o autor predileto para se ler e seguir se se prefere que, ao lado da obra, esteja uma vida paratópica, para valer-me de uma de suas categorias mais luminosas. Mas creio que eu não preciso de suas posições políticas (que nem sei quais são) para defender as minhas (basta-me saber que nunca votou em Le Pen). Compreendo que as figuras de Pêcheux, Foucault e Bakhtin pudessem exercer certo fascínio, mesmo se não fossem os pensadores originais que são. Maingueneau é absolutamente tópico. O que suas obras me fornecessem, essencialmente? Primeiro, as análises que ele faz (sejam as propostas para corpora extensos, com sua semântica global, por exemplo, e o que dela decorre, seja dos efeitos da materialidade linguística, que mostra em textos os mais diversos, seja na “apreensão” do ethos e em sua relação com a subjetividade). Em segundo lugar, pelo fato de que se dedica ao que tem chamado de modelização da AD, ou seja, procedimentos metodológicos que podem ser seguidos, traço que está menos presente nas obras dos outros pensadores mencionados.

Maingueneau tem sido uma usina de conceitos (na feliz expressão de Cecília Perez), alguns dos quais vai alterando progressivamente, em textos que se sucedem em ritmo quase alucinante. Nos últimos anos, tem elaborado um conjunto de conceitos que permitem acesso agudo não necessariamente às interpretações (que, no entanto, são exemplares), mas, especialmente, aos modos como se lê, ou seja, como as sociedades lêem. Está longe de propor alguma coisa como caminhos para uma leitura enfim objetiva (que também Pêcheux abandonou, de certa forma), mas permite como poucos – como ninguém? - que se compreenda bem melhor porque os discursos produzem os efeitos que produzem, já que são tomados como são tomados, e não como deveriam ser (trata-se da história, afinal, não de sonhos). Não se trata de valorizar as leituras pessoais ou mesmo as especializadas, embora elas tenham que ser constatadas especialmente, relacionadas a certos mecanismos históricos. Maingueneau está longe disso: o que ele mostra são exatamente os interesses a que as leituras estão submetidas – e que são francamente ideológicos.

*Gênese dos discursos*, uma obra mais filosófica que metodológica, mas que leva em conta uma longa pesquisa empírica, formula de maneira original (não chega a ser uma ruptura...) um conceito de interdiscurso. Mas destaco sua noção de competência,

cuidadosamente separada da de Chomsky. Funda-se em uma concepção de semântica global que, para ser “adquirida”, não demanda um super-sujeito, já que é muito simples. Esta semântica global rege, segundo sua perspectiva, a totalidade de um discurso: do(s) gêneros(s) em que se materializa(m) até seu tom e o ethos (e o anti-ethos, ou seja, um simulacro do ethos do Outro, aspecto do simulacro que rege a totalidade da leitura do Outro pelo Eu ou Mesmo).

À luz dos conceitos expostos neste livro orientei diversos trabalhos de pós-graduação que analisaram corpora polêmicos, para os quais pareceram muito adequados. Os resultados foram muito bons, eu avalio.

Mas há outra série de conceitos propostos por este autor que, a meu ver, permitem olhares novos sobre um conjunto de “textos”. Em primeiro lugar, menciono os expostos a propósito do discurso literário. Vale mencionar especialmente os de paratopia (depois estendido a outros campos), de interlíngua e de autor (retificado pouco depois, em *Doze Conceitos...*). A paratopia dá conta tanto de fenômenos típicos do campo literário, bem como de aspectos de outros discursos, na verdade, de todos os discursos constituintes; este, a propósito, é outro conceito de extrema utilidade para melhor compreender a relação de cada campo com a sociedade em que, historicamente, funcionam. O conceito de interlíngua específica – e estende a outros campos – a ideia seminal de Bakhtin segundo a qual o romance é o lugar do plurilinguismo; associado à paratopia, pois a língua dos escritores pode ser uma língua de ninguém, ou uma língua que está no intervalo entre a língua do autor e outra língua, pode ser um jargão, ou uma língua estrangeira, ou uma língua “inventada”...

Segue-se uma série de conceitos relativos a certo retalhamento do texto – que poderia parecer um efeito do funcionamento das mídias contemporâneas, mas que Maingueneau mostra ter sido um procedimento imemorial, e que dá conta de diversos aspectos da circulação e da leitura *tais como ocorrem*: a série encadeada destacabilidade, sobreasseveração (participação) e aforização explica o fato de que nem tudo é da mesma ordem (ou não é visto como se o fosse) no interior dos mais diversos textos (o que se separa, o que se reescreve, o que circula, o que parece vir de outro lugar e de outro sujeito é algo tirado do texto, nunca ele mesmo, “integralmente”).

Destaco também suas análises, que levam em conta radicalmente a materialidade da língua, mas sempre em um gênero – num tipo de texto, que ele relaciona aos campos. A questão fica mais clara quando se considera sua proposta teórica de “leitura”, uma detalhamento bem melhorado de Bakhtin, e que, tentei mostrar em um texto recente,

perfeitamente compatível com a “proposta” descrever-interpretar de Pêcheux, mais explícita, a meu ver. Sua hipótese é que o discurso ocorre sempre em uma cena de enunciação, que ele divide em três camadas: a cena englobante (que corresponde mais ou menos ao campo em Bakhtin e aos discursos institucionais de Pêcheux), que define os critérios básicos de leitura (como uma sociedade “recebe” literatura, ciência, religião etc.); a cena genérica, em que o co-enunciador se defronta com um gênero (uma “entidade” selecionada pelo campo, e não apenas um tipo estável de texto, embora o seja com muita frequência). A depender do campo, o percurso termina aqui. Mas, em diversos deles, e exatamente em decorrência de sua organização histórica (e não da vontade dos enunciadores), os gêneros podem “variar”. Ocorre então o que alguns têm chamando de “transgressão genérica”, por deficiência conceitual ou por efeito de um escorregão teórico na direção do tipo estável de texto, que é uma problemática textual, e não discursiva! Maingueneau caracteriza esse fenômeno como cenografia, ou seja, a forma concreta com a qual o leitor se defronta, e que pode até mesmo enganá-lo, oferecendo-lhe, por exemplo, um romance em forma de diários ou um poema em forma de receita (a publicidade e a literatura são os dois campos em que este procedimento é mais comum e é até mesmo esperado e quase exigido).

Às vezes, digo a meus orientandos que “nós” estamos em situação análoga à dos povos do Terceiro Mundo: eles têm que ler tanto os escritores e pensadores europeus quanto os nacionais, coisa que os europeus não estão obrigados a fazer. Digo-lhes que estamos sempre em desvantagem, porque lemos Pêcheux e Foucault como os outros, mas lemos também Maingueneau, que eles não lêem.

Considero digna de debate a proposta de Maingueneau sobre as unidades de análise, especialmente a proposta de designar como posicionamento o que tem sido correntemente chamado de formação discursiva, em decorrência de seu caráter institucional, além de ideológico, e de reservar o conceito de formação discursiva aos discursos não institucionais (como o racista e o machista), cujos corpora precisam ser “formados” pelo pesquisador. Além disso, foi lendo este texto que tomei contato com a obra de Alice Krieg-Planque, que, por sua vez, produz análises de extremo interesse para quem prefere corpora políticos e polêmicos, e que também propõe desdobramentos metodológicos excepcionais. Sua noção de “fórmula” permite reorganizar metodológica e teoricamente uma tradição (que começa com Faye e passa pelas análises de léxicos políticos), por assim dizer. Trata-se de proposta de extremo interesse, sem contar que seus artigos – além de seu livro monumental sobre a fórmula “purificação

étnica” – são inspiradores, tanto pela acuidade de suas análises quanto pelo fato de sempre selecionar temas candentes.

Mas, ao comentar estes meus rumos, ao mesmo tempo em que faço um depoimento sobre obras e autores que, infelizmente, são em boa medida desconhecidos, embora estejam no centro da problemática inaugurada por Pêcheux, apesar de algumas diferenças, queria, antes de tudo, dizer que minhas opções, um pouco solitárias, tardias e de certa forma casuais, têm a ver com o fato de que não tenho o mínimo interesse pelas pendengas entre os franceses. Não quero importar os problemas deles. Isto significa que, em alguns sentidos, separo mesmo as pessoas de suas obras. Não quero fazer perdurar, na medida em que isso possa interferir na recepção dos textos, suas disputas teóricas, pessoais ou políticas (para mim, bastam as nossas próprias). Sigo os autores que, ao mesmo tempo, me convencem da relevância de suas teses e me mostram como fazê-las render.

## **CONGRESSOS**

Tenho participado de um número razoável de congressos e seminários. Muito frequentemente, tenho sido convidado a participar de mesas-redondas, eventualmente por iniciativa dos organizadores. Quando posso, apresento trabalhos com orientandos e ex-orientandos, em sessões organizadas em torno de temas comuns a quatro ou cinco pessoas. O procedimento se deve a um “programa” que foi se tornando mais óbvio com o tempo: as dissertações e teses vão se desenhando a partir dos trabalhos parciais que os alunos escrevem para apresentar nesses eventos. O texto vai amadurecendo aos poucos, especialmente se as questões são retomadas em seguida (desaparece um pouco a neurose decorrente de estar escrevendo uma tese...). Sem contar que eles podem ouvir comentários dos ouvintes. Ex-orientandos às vezes fazem questão que eu esteja em suas sessões. Trata-se de um tributo mútuo que nos prestamos, também porque nossas relações intelectuais (e mesmo as pessoais) têm ultrapassado o tempo burocrático próprio da instituição. Às vezes, fazemos tais sessões também porque queremos contar aos outros o que estamos fazendo, e porque achamos que estamos fazendo bem feito.

Nos últimos anos, quase não entrego para publicação nos anais dos congressos os trabalhos apresentados. Sabe-se que quase não são lidos, o que seria uma razão suficiente. Mas tem acontecido com cada vez maior frequência que se trata mesmo de trabalhos em andamento, que só mais tarde recebem uma redação que os torna

publicáveis. Boa parte dos textos publicados em *Humor, língua e discurso* teve este tratamento.

## **AULAS**

Para mim, as aulas sempre foram essenciais. Estudar para expor doutrinas (teses, métodos, esboços de análises) obriga a um grau de explicitude que, em geral, não se atinge nos textos escritos. Fazer a exegese dos autores é um desafio bastante peculiar. Isso vale quando se trata da primeira exposição dos ouvintes a uma doutrina (ou da primeira exposição de uma doutrina a ouvintes) e também quando se trata de ouvintes já informados (ou que assim pensam). Tem sido cada vez mais frequente em nossas universidades que as aulas sejam em boa medida baseadas em textos “segundos”, elaborados com a finalidade de apresentar grandes quadros (especialmente na graduação, para o que há diversas coletâneas bastante interessantes), ou em textos que deram seguimento (esmiuçaram, implementaram) às teses fundadoras dos pensadores originais (em dois sentidos) mais relevantes em cada disciplina. Um dos princípios que adoto é ler sempre os textos dos autores originais. Creio firmemente que nada substitui esta experiência na formação dos alunos.

Quase sempre, ultimamente, tenho saído das aulas muito cansado. Penso que se trata basicamente de uma questão física incortornável! É que ainda falo como se fosse jovem (não tenho feito o que fazem certos atletas, que aprendem, segundo os analistas, os atalhos do campo; eu corro como se tivesse 18 anos!). Além disso, tenho assumido uma quantidade de horas/aula acima da de muitos colegas do Departamento. Mas posso dizer que os alunos têm gostado de ter aulas comigo.

## **ORIENTAÇÕES**

Orientei 45 dissertações e teses. De bastantes delas tenho legítimo orgulho, tanto pelo fato de ter sido escolhido como orientador (eu me perguntava, às vezes, sinceramente, por que determinado/a aluno/a, que, certamente, seria aceito por qualquer professor de qualquer área, insistia na minha orientação) quanto pela qualidade da dissertação ou tese. Em geral, busco não interferir no “estilo” dos trabalhos, de forma que o resultado seja perfeitamente avaliável como sendo pessoal. E deles! Mas os orientandos (e mesmo as bancas) insistem em dizer que minha mão está lá. Talvez a discrição e as sugestões indiretas sejam mais eficientes que o comando.



Os temas tratados nestes trabalhos têm sido bastante diversos. Meu “contrato” com os orientandos exige deles que dominem bem seu tema (homossexualidade, casamento, mulher, racismo, religião, publicidade, MST, etc.), para que nosso trabalho conjunto possa se concentrar em fazer com que o resultado seja análise do discurso (nem análises impressionistas, nem pura militância). Creio ter sido muito bem sucedido nesta tarefa. Talvez seja meu melhor trabalho.

A posição da maioria dos ex-orientandos nas universidades brasileiras é certamente um critério de avaliação dos melhores. Não me lembro de nenhum orientado que tenha “perdido” concursos (a bem da verdade, sei de uma que o abandonou, desconfiada de certos rumores).

## **CARGOS**

Exerci poucos cargos administrativos, mas participei quase sem intervalos de representações, em conselhos e na congregação. Que os cargos administrativos tenham sido raros deve-se a uma total falta de apetite pelo “poder”, à incapacidade de “mandar” e a um total enfado para ler processos. Também, claro, porque exigem uma disputa eleitoral, de que não me imagino participando. Medo de perder? Pode ser. Mas teria muito mais medo de ganhar!

Fui chefe de Departamento duas vezes (1991 / 1992 e 2005 / 2006). Durante este último mandato, o DL concluiu seu regimento, e uma de suas disposições transitórias alterava a data de início do mandato de janeiro para agosto. Proposta aceita, antecipei o final do mandato em meio ano.

Os dois mandatos foram marcados por fatos imprevistos. Assim, um cargo que não deveria exigir muito desgaste ou um dispêndio de tempo em demasia implicou tarefas inesperadas, especialmente reuniões desgastantes, além de resultarem alteradas algumas relações pessoais. Descobri cedo que boas imagens desaparecem assim que se assina um ofício.

Fui coordenador da CPG do IEL durante 4 anos, a partir de abril de 1995, indicado pelo então diretor, como parte do resultado (como sempre é, em casos assim), de um processo eleitoral. Foi o que fez com que permanecesse no cargo durante dois mandatos. Antes, fora coordenador do programa de Linguística por três meses, quando consegui organizar as linhas de pesquisa e as listas de projetos dos docentes no relatório, que tinham sido alvo constante de críticas nas avaliações da Capes.

Coordenei a Pós-graduação no IEL em um período de transição que mudou prazos, política de verbas da Capes e do CNPq e alguns critérios de avaliação pela Capes. As reuniões, os pareceres e o dia a dia da coordenação implicaram, de fato, uma quantidade enorme de trabalho. Não sei até hoje como consegui administrar meu tempo. Nunca diminuí as aulas, e foi neste período que também presidi o GEL (cargo que implicava trabalho apenas durante parte do ano) e comecei a solidificar minha produção escrita, além de fazer o concurso de livre-docência e começar a orientar um número significativo de alunos de pós-graduação. Quando deixei esses cargos, a sensação de que mesmo assim não tinha mais tempo disponível do que antes foi uma descoberta um pouco aterradora!

Tivera pequenos cargos também em Ijuí, antes de vir para a Unicamp. Sempre achei que me procuravam para essas missões porque eu parecia cordato ou sensato (diziam-me isso!). Não sei se esta imagem subsistiu. Creio que não, pelo menos entre os mais próximos.

Como disse, fui presidente do GEL, de maio de 95 a maio de 97. Mais tarde, fui vice-presidente da Anpoll, no biênio 8/2004 a 7/2006. Atualmente, faço parte no CA-LL, do CNPq, na área de Linguística. Estes cargos resultaram de alguma forma de um reconhecimento que ultrapassa a Instituição, embora desigualmente, já que se trata de postos de representatividade acadêmica diversa. A chegada aos dois últimos, que dependeu de votação, mostrou que há um reconhecimento da minha atuação acadêmica que ultrapassa o Instituto ou o Departamento. Especialmente a votação para o CA-LL do CNPq, porque supõe também uma confiança no desempenho no papel de julgar processos de caráter exclusivamente acadêmico.

## **PARECERES**

Emito pareceres em bom número, seja para revistas, seja para agências de fomento. Há duas observações que, sinceramente, preciso fazer sobre essa questão. A primeira diz respeito ao volume de trabalho. A primeira observação que quero destacar diz respeito ao fato de que, havendo cada vez mais revistas, fruto da disseminação da pós-graduação e da exigência de publicar cada vez mais, em boa medida decorrente dos critérios de avaliação da Capes, tem havido um rebaixamento dos textos. A meu ver, esse fato não significa que a produção dos pesquisadores mais jovens seja inferior à dos mais assentados na carreira, e muito menos que seja inferior à que foi, na sua juventude, a dos mais assentados na carreira. Mas parece verdade que, ao lado da produção de alta

qualidade, tem sido submetidos muitos textos precários. Nos que leio, assinalo alguns problemas recorrentes (não mencionarei as virtudes, que essas acabam se impondo – espero!) e os apresento nos pareceres:

- a) ecletismo em excesso: a bibliografia citada ou resenhada é pouco filtrada e quase nunca é avaliada; não espero que o seja só em termos de qualidade, mas especialmente em termos de compatibilidade;
- b) tem havido pouca – proporcionalmente – citação dos autores originais e muita (em excesso, a meu ver), de textos que explicitamente se fundamentam nos originais, sem que esta relação seja explicitada;
- c) tem havido pouca análise e demasiada repetição de teses já claramente incorporadas pelas teorias, que simplesmente poderiam ser assumidas, sem tanta repetição;
- d) eventualmente, as análises consideram corpora suspeitos quanto a sua relevância (por exemplo, X capas da revista Y, sem a consideração das matérias contidas na revista);

Em decorrência desses fatores, tenho “mandado” refazer textos muito mais vezes do que os tenho recusado (ou aceito). Frequentemente, digo aos dirigentes das revistas que podem revelar o nome do parecerista. A situação é mais embaraçosa quando o artigo decorre de uma dissertação defendida na instituição que publica a revista...

Preciso fazer constar uma segunda observação, embora possa parecer imodéstia: tenho recebido, e isso ocorre há bastante tempo, avaliações positivas sobre meus pareceres por parte dos que os lêem. Recentemente, um representante de área em uma das agências de fomento confidenciou a decisão de não mais me enviarem processos “básicos” (de IC ou de início de projetos), reservando-me para casos complexos ou polêmicos. Esta (in)confidência tem um duplo sentido: por um lado, trata-se de uma clara avaliação positiva dos pareceres emitidos, ou do meu trabalho neste campo, que levo de fato muito a sério, porque contribuí para decidir carreiras, o que não é banal (tenho consciência muito clara do papel das instituições na produção do conhecimento). Mas, por outro lado, tendo podido conhecer um pouco mais de perto pareceres que pesquisadores, mesmo de grande nomeada, emitem, passei a me perguntar se meus pareceres só parecem bons por comparação com numerosos outros que são verdadeiras recusas de avaliar. Talvez os elogios se devam também ao fato de que não descumpro prazos, o que deveria ser compromisso básico de qualquer pesquisador.

## **PRÊMIOS E HOMENAGENS**

Fui escolhido diversas vezes como patrono ou paraninfo em formaturas. O intervalo entre os primeiros convites, na década de 80, e os mais recentes, da de 2000, pode indicar que houve algum problema na minha relação com os alunos de graduação na década de 90 – ou que os outros professores estabeleceram relações mais produtivas que as minhas. Não saberia explicar o fenômeno. Os convites mais recentes resultam do contato com as turmas em aulas ministradas no seu primeiro semestre na Unicamp. Espero que isto não deponha mais contra os professores que me seguiram do que a meu favor...

Em 2009, recebi o prêmio Zeferino Vaz, que é concedido a um docente de cada unidade (se houver candidaturas), no ano de apresentação do relatório. Posso avaliar positivamente o simples fato de ter sido escolhido, em função do que fiz nos cinco anos a que o relatório se referia. Mas, quando soube quem eram meus “concorrentes” no IEL, meus sentimentos foram dois, simultâneos e contraditórios: por um lado, eu pensava que um deles deveria ser o ganhador, dado o prestígio de ambos entre os pares, e a qualidade e quantidade do que fazem em seu campo; por outro lado, ter sido escolhido à custa de sua preterição soou como uma avaliação realmente positiva de minha atuação, um prêmio, literalmente, a minha inteira dedicação profissional (talvez decorrente em boa medida da ideologia relativa ao trabalho que herdei, para o bem e para o mal, de minha família, especialmente de meu pai, que pagou preço bem mais alto do que eu por suas crenças).

Mas este estilo trabalhador é também um modo de vida: “estética da existência”. Ou então eu acho que estou sempre devendo, hipótese que surgiu em uma dessas conversas bem caras...

## **IDIOSSINCRASIAS, TALVEZ**

Fazendo um breve balanço de minha atuação como pesquisador, concluo que há nela um traço um pouco peculiar, cujo efeito não sei avaliar adequadamente. Trata-se da relação com grupos de pesquisa. Por um lado, tenho consciência de que só há pesquisa nas instituições e, cada vez mais, está associada a grupos organizados. Tanto sei disso que, quando em cargos ligados à questão (como na Coordenação da Pós-Graduação), preguei em favor desta dinâmica, e citava a mim mesmo como contra-exemplo.

Apesar desta posição, minha atuação sempre se deu um pouco à moda antiga – um trabalho mais individual. Digo a mim mesmo que isso se deveu ao fato de que não

sei mandar (se tivesse que fazê-lo, o grupo morreria). Mas também não sei obedecer, embora seja bastante disciplinado. De certa forma, trata-se de cultivar a utopia da liberdade acadêmica, um pouco ultrapassada e ilusória, mas sem a qual sempre achei que não valeria a pena estar na universidade.

Quando Haqira Osakabe estava organizando papeis para encaminhar sua promoção para MS-5 (o fato de ele não ter feito concurso para titular foi uma das razões preponderantes para eu retardar a decisão de fazer o meu), perguntou se eu considerava adequado que ele anotasse em seu memorial que tinha ajudado a formar pesquisadores independentes (referia-se à Maria Irma, ao Wanderley, ao Jonas e a mim). Respondi que estava autorizado, evidentemente, se pensava mesmo isso. Considerei sua avaliação altamente positiva.

Apesar desta minha idiossincrasia, em 2009 (mas só em 2009!) encaminhei a constituição de um grupo de pesquisa, que se chamou **FEST**A (Fórmulas e estereótipos: teoria e análise), que funciona no IEL, e que inclui pesquisadores de outras instituições, alunos e ex-alunos. Este Centro tem tudo a ver com minha longa trajetória de análise de textos breves: escrevi muito sobre chistes, e o material que eu analisava nos ensaios sobre AD quase sempre eram pequenas frases. Talvez esta tenha sido a razão pela qual os últimos trabalhos de Maingueneau (especialmente o percurso que vai da destacabilidade à aforização) me atraíram tanto. E também os de Krieg-Planque, ao mesmo tempo no prolongamento de uma tradição (estudo do léxico político) e em franca diferenciação em relação a ela, fundados em sua concepção de fórmula.

## **DUAS HISTORINHAS**

Em 1982, deu-se no DL uma discussão acalorada sobre o lugar da gramática tradicional no curso de letras. No café, Roberto Schwartz me perguntou que conversa era essa e eu lhe dei um resumo. Encomendou um artigo e me disse que, se ficasse bom, publicaria em *Novos Estudos Cebrap*. Escrevi o artigo, que entreguei. Alguns dias depois, começou a circular nos corredores que eu tinha escrito um artigo interessante, *e que estava inclusive bem escrito!*

Recentemente, escrevi um texto para um volume em homenagem a uma colega. Poucos dias após a entrega do texto, outra colega me confidenciou que tinha gostado muito de meu texto.

São apenas duas historinhas. Mas eu poderia contar pelo menos uma dezena do mesmo tipo. Eis as perguntas que me faço: eu os surpreendo quando o que faço lhes agrada? Por que?

## NOTAS FINAIS E DESIGUAIS

Gostaria que fosse correto definir-me como ensaísta mais do que como “cientista”. Um pouco paradoxalmente, prefiro que meus orientandos façam teses, que sigam modelos, que os testem até o limite.

Talvez eu seja mais linguista do que analista do discurso. É que escrevo bastante sobre temas que se ligam pouco à AD, embora minha atuação na pós-graduação seja exclusivamente em AD. Mas, mesmo quando faço ou oriento AD, as questões de língua são sempre centrais.

Penso que sou um cético que finge acreditar. Gostaria que coubesse em mim a carapuça ideal de Gramsci: pessimista no pensamento, otimista na ação. Implicaria fazer o possível para que tudo mude, mesmo sabendo que pouco mudará.

Foucault, Maingueneau, Bakhtin, Bourdieu: cada um a sua maneira, me fizeram pensar que o discurso não tem a ver apenas com formações discursivas, cuja questão central seria o sentido. O funcionamento dos campos e outros fatores têm igual relevância. Sua consideração explícita contribui para compreender que, ao lado da questão do sentido, da interpretação, há outros temas de igual importância: a circulação, os gêneros em que os discursos se materializam, as polêmicas (e seus efeitos peculiares), os suportes de tais gêneros.

Na mesma direção, a questão dos critérios históricos de seleção dos enunciadores é um tema que não se pode abandonar. É neste domínio, aliás, que a AD começou a levar a sério a questão da autoria, que, posteriormente, em especial no Brasil, mereceu desdobramentos que consideraram questões que não estão ligadas apenas aos discursos mais institucionalizados. Destaca-se, claro, a inspiração pioneira de Foucault.

Recentemente, um debate sobre uma questão que parecia resolvido foi reacendido (ou deveria sê-lo) por uma proposição de Maingueneau, apresentada em *O discurso literário*. Ela se opõe, por um lado, a uma divisão que parecia assentada desde Proust, entre escritor e autor, recolocando em debate a relação do autor com as práticas características de cada campo e, no caso da literatura, de cada escola. Esta proposta pode ser considerada à luz da tese da dispersão, avançada por Foucault.

O contato constante com outros tipos de corpus, especialmente com o trabalho de Maria Irma Hadler na área de neurolinguística, que ela trata discursivamente, sempre me obriga a revisar as relações entre análise do discurso e outras teorias, notadamente aspectos da pragmática (que é um campo extremamente diversificado; nunca li Grice como o homem das intenções, embora lhes dê uma função, e sim como quem propôs regras de interpretação que relevam do “extra-linguístico”; o mesmo digo de Austin, que, aliás, também o Pêcheux da AAD leu como tratando da relação entre um discurso e seu lugar, garantia da performatividade); em consequência, entre o que, no discurso “quotidiano”, deriva das posições e o que deriva de ou se associa a outros “lugares”, quiçá a certos saberes, no sentido de De Certeau.

Penso que funciono a partir da utopia do intelectual livre na universidade, mas sei que se trata de meia verdade, ou nem isso. O que faço decorre na verdade de relações estreitas com outros, mais próximos ou mais distantes. Enfim, não teria feito quase nada do que fiz se vivesse isolado ou se não me sentisse fustigado.

Ser um leitor curioso e quase eclético, tentar ficar razoavelmente informado sobre o que se faz na área em que me inscrevo institucionalmente, ser parecerista de bom número de revistas e ler projetos em quantidade razoável são fatos que condicionaram fortemente minha produção, especialmente a escrita.

Talvez possa dizer que, durante um bom tempo, escrevi para debater. Ultimamente, creio que este traço está menos presente em meus trabalhos. Talvez porque esteja me dedicando também a divulgar conceitos que considero relevantes, o que antes fazia menos (eu mais debatia do que defendia qualquer posição). É possível que o passar do tempo tenha me tornado menos belicoso. Ou tenha me levado a aceitar com mais facilidade que cada grupo tem o direito líquido e certo de fazer o que quiser.

Como eu penso ter feito, aliás. O que mais me atrai na academia é a liberdade. Trabalhar na instituição em que trabalho - especialmente pelo que é o Departamento de Linguística, espaço de pouquíssima restrição, sobretudo no que se refere às opções intelectuais -, permitiu que esta liberdade, que sei muito bem que não é plena, pudesse ser exercida quotidianamente, nas aulas, nos escritos, nas orientações.

Das avaliações que ouvi a meu respeito, a que eu mais gostaria que fosse correta, veio de alguém absolutamente direto e franco. Maingueneau mandou-me o seguinte bilhete, depois de ler *Questões para analistas do discurso*:

*J'ai pu terminer ton livre, qui est tout à fait excellent. Il donne l'impression que tu te sens libre (un ethos pas si fréquent dans l'université) et il est plein d'idées; bref, on pourrait dire que c'est un livre de maturité, écrit par quelqu'un qui domine son sujet et n'hésite pas à être personnel.*

Se a impressão que meus textos produzem é esta, eu me declaro satisfeito.